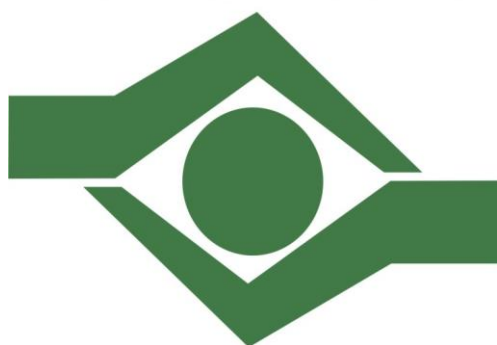


UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

SÃO PAULO – SP
2016

ÓRGÃO VINCULADOR: Ministério do Trabalho e Emprego

UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

UNIDADE APRESENTADORA: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 146/2015, DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU nº 522/2015).

Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – CEP 05409-002 – São Paulo/SP

Fones: (011) 3066-6000/(011) 3066-6122

<http://www.fundacentro.gov.br>

Responsável pela Elaboração do Relatório

Érica Lui Reinhardt – Coordenação de Recursos Humanos – Centro Técnico Nacional
Fundacentro

Relatório de Gestão apresentado na forma individual:

Unidade Prestadora de Contas: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro

São Paulo – SP

2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. VISÃO GERAL.....	7
1.1 Finalidade e Competências	7
1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	8
1.3 Ambiente de Atuação.....	10
1.4 Organograma.....	11
1.5 Macroprocessos Finalísticos	15
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL.....	20
2.1 Planejamento Organizacional.....	20
2.2 Desempenho Orçamentário	21
2.3 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	36
3. GOVERNANÇA	37
3.1 Descrição das Estruturas de Governança	37
3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	37
3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	38
3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	45
3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	48
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	50
4.1 Canais de Acesso do Cidadão	50
4.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	51
4.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	51
4.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	51
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	52
5.1 Desempenho Financeiro no Exercício.....	52
5.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	52
5.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	53
5.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas	53
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	54
6.1 Gestão de Pessoas	54
6.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	63
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	72
6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	80
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	81
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	81
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	81
7.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	83

7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	83
7.5	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	84
8.	ANEXOS	
9.	APÊNDICES	
10.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.2 – Identificação da unidade.....	9
Quadro 1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	14
Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos	19
Quadro 2.2.1.A – Programa Temático	21
Quadro 2.2.1.B – Programa Temático.....	22
Quadro 2.2.1.C – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	23
Quadro 2.2.1.D – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	24
Quadro 2.2.1.E – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	25
Quadro 2.2.1.F – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	26
Quadro 2.2.1.G – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	27
Quadro 2.2.1.G – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	28
Quadro 2.2.1.H – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	29
Quadro 2.2.1.I – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	30
Quadro 2.2.1.J – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	31
Quadro 2.2.1.K – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	32
Quadro 2.2.2.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	33
Quadro 2.2.2.B – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	34
Quadro 3.4 – Processos administrativos disciplinares e sindicâncias vigentes em curso em 2015.....	46
Quadro 3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	48
Quadro 6.1.1.A – Força de Trabalho da UPC	54
Quadro 6.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2015	54
Quadro 6.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	55
Quadro 6.1.2 – Despesas com pessoal	58
Quadro 6.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	60
Quadro 6.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários.....	62
Quadro 6.2.1.A – Gestão da Frota de Veículos Próprios – CTN/SP e Unidades Descentralizadas	63
Quadro 6.2.1.B – Classificação, Utilização e Caracterização dos Veículos Oficiais – CTN/SP e Unidades Descentralizadas	63
Quadro 6.2.3.A – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	65
Quadro 6.2.3.B – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional	66
Quadro 6.2.3.C – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UPC.....	68
Quadro 6.2.5.A – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	70
Quadro 6.2.5.B – Discriminação de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	72
Quadro 6.3.1 – Principais sistemas de informação	74
Quadro 6.3.3 – Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período	79
Quadro 7.2.A – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	81
Quadro 7.2.B – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	81
Quadro 7.2.C – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	82
Quadro 7.2.D – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento	82
Quadro 7.2.E – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento.....	83

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão de 2015 da **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro**, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, foi desenvolvido em consonância com a IN TCU no 63/2010, alterada pela IN TCU no 72/2013, e as DN TCU no 146/2015, DN TCU no 147/2015, da Portaria TCU no 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria CGU no 522/2015).

Em 2015 foi ajustada e elaborada a versão final, reencaminhada em 2016, de proposta de novo Estatuto para a instituição. Em 2014 este texto já havia sido remetido ao Ministério do Trabalho e Emprego. Este Estatuto representa uma modernização da estrutura organizacional da instituição, permitindo maior agilidade e eficiência em sua atuação, uma maior presença em todo o território nacional e uma maior integração das unidades da Fundacentro nos diferentes Estados da Federação.

Em 2015 foram nomeados 30 candidatos aprovados no concurso para o cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, em atendimento a determinação do Ministério Público da União para substituição de terceirizados. O concurso foi homologado por edital de 02/07/2014, publicado no DOU de 03/07/2014, Seção 3, de 03/07/2014, páginas 279 e 280.

Foi reativada uma unidade em Santos, Estado de São Paulo, que vem funcionando em instalações provisórias até a finalização de reformas nas instalações definitivas.

Entre as principais dificuldades encontradas por esta UPC pode-se mencionar a carência de Recursos Humanos, com a urgente necessidade de acréscimo em 50% das vagas do concurso realizado em 2014 e a autorização para novos concursos.

De modo a aprofundar o diálogo com a sociedade, em 2016 a Fundacentro manterá a estratégia implantada na atual gestão de ampliar as parcerias com instituições públicas e privadas, no país e no exterior, especialmente o Ministério Público do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, para o desenvolvimento de projetos e atividades em SST.

Por fim, a Fundacentro informa que se coloca à disposição dos órgãos de controle e da sociedade, para maiores esclarecimentos sobre suas contas ordinárias.

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro foi instituída pela Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966. É uma fundação pública federal de direito público vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de São Paulo. É regida por um Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e por um Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 123, de 7 de fevereiro de 1997.

A Fundacentro goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme dispõe o § 2º do art. 207 da Constituição e seu Estatuto.

A Fundacentro tem por finalidade, conforme seu Estatuto, a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e, especialmente:

I – pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças no trabalho;

II – realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;

III – desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;

IV – promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;

V – prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como a orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, tendo em vista o estabelecimento e a implantação de medidas preventivas e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

VI – promover estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador; e

VII – exercer outras atividades técnicas e administrativas que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

A Fundacentro pode, para o atendimento de sua finalidade, celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com os governos das três esferas e entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, observada a legislação pertinente.

Além destas competências definidas em seu Estatuto, à Fundacentro foram atribuídas as seguintes ações na Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, instituída por meio do Decreto 7.602, de 7 de novembro de 2011:

1) elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador;

2) produzir análises, avaliações e testes de medidas e métodos que visem à eliminação ou redução de riscos no trabalho, incluindo equipamentos de proteção coletiva e individual;

3) desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho;

4) difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador;

5) contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, o planejamento e desenvolvimento de ações interinstitucionais; a realização de levantamentos para a identificação das causas de acidentes e doenças nos ambientes de trabalho; e

6) estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional, capacitar os colaboradores e contribuir com a implementação de ações globais de organismos internacionais.

A aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho é realizada por meio do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT, publicado em abril de 2012, e que foi construído a partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores. De forma geral, a Fundacentro participa de todas as estratégias e ações estabelecidas por este Plano e, especificamente, das estratégias:

a) 7.1 – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Prevenção de Acidentes e Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada, sendo diretamente responsável pela ação 7.1.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;

b) 7.2 – Inclusão de Conhecimentos Básicos em Segurança e Saúde no Trabalho no Currículo dos Programas de Aprendizagem, do Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, assim como nos Cursos para Empreendedores, sendo diretamente responsável pela ação 7.2.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em segurança e saúde no trabalho a serem incluídos;

c) 7.3 – Revisão de Referências Curriculares para a Formação de Profissionais em Segurança e Saúde no Trabalho de Nível Técnico, Superior e Pós Graduação, sendo diretamente responsável pela ação 7.3.2 – Constituição de grupo de trabalho tripartite para revisão de referências curriculares em segurança e saúde no trabalho; e

d) 8.1 – Realização e Apoio ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Pertinentes a Segurança e Saúde no Trabalho Atendendo Prioridades Nacionais e Regionais, sendo diretamente responsável pela ação 8.1.3 – Construção articulada e disponibilização on-line de diagnósticos e análises da infraestrutura e recursos do sistema nacional da segurança e saúde no trabalho, bem como da situação dos acidentes e doenças do trabalho, na forma de perfis nacionais a serem continuamente atualizados e aprimorados.

1.2 Identificação e Normas de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Seguem no quadro abaixo as informações relativas à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro:

Quadro 1.2 – Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo	Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Previdência Social		Código SIORG: 2844
Identificação da Unidade			
Denominação Completa: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho			
Denominação Abreviada: Fundacentro			
Código SIORG: 221		Código LOA: 38201	Código SIAFI: 264001
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 62.428.073/0001-36	
Principal Atividade: Administração Pública Federal Indireta			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(11) 3066-6000	(11) 3066-6122	(11) 3066-6204
Endereço Eletrônico: presidencia@fundacentro.gov.br			
Página na Internet: http://www.fundacentro.gov.br			
Endereço Postal: Rua Capote Valente, nº 710, Pinheiros, CEP 054009-002, São Paulo/SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 5.161 de 21 de outubro de 1966, publicada no DOU de 25.10.1966 e retificada em 31.10.1966			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 123, de 7 de fevereiro de 1997			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
264002	Escritório de Representação no Mato Grosso do Sul		
264003	Escritório de Representação em Campinas		
264004	Escritório de Representação da Baixada Santista (Reativado Parcialmente)		
264005	Centro Regional de Minas Gerais		
264006	Centro Regional de Brasília		
264007	Centro Regional de Pernambuco		
264008	Centro Regional da Bahia		
264009	Centro Estadual do Espírito Santo		
264010	Centro Estadual do Paraná		
264011	Centro Estadual de Santa Catarina		
264012	Centro Estadual do Rio de Janeiro		
264013	Centro Estadual do Rio Grande do Sul		
264014	Centro Estadual do Pará		

Nota: O Escritório de Representação da Baixada Santista foi desativado no ano de 2010. No exercício de 2015 foi reativado parcialmente, tendo sido obtida a cessão de imóvel com a Secretária de Patrimônio da União – SPU, situado na Avenida Ana Costa nº 21, Vila Mathias, Município de Santos, onde serão retomadas as atividades deste Escritório de Representação para as instalações definitivas.

1.3 Ambiente de Atuação

A Segurança e Saúde do Trabalho – SST é um segmento estratégico em qualquer economia do mundo e a atuação das instituições e dos profissionais da área esbarra nos interesses econômicos dos empregadores e na falta de informação dos empregados. Os acidentes de trabalho geram custos para o sistema público de saúde, para o sistema previdenciário e para empregadores e empregados. Este ambiente já vem sendo mantido há algum tempo, não havendo mudanças de cenário no ambiente de atuação já há alguns exercícios.

Desta forma, além da Fundacentro, outras instituições públicas de nosso segmento no mundo atuam na produção e difusão de conhecimento para reduzir ou eliminar os riscos de acidentes e minimizar os seus custos, contribuindo para o crescimento econômico sustentável. Dentre estas instituições, no Brasil, podem ser encontradas diversas universidades e escolas. Entretanto, deve-se considerar que estas instituições agem setorialmente e com interesses diversos, podendo sofrer a influência do mercado.

Por isso, ressaltamos que o diferencial dos produtos e serviços de nossa instituição encontra-se não somente na sua atuação abrangente nos diversos ramos de atividades econômicas, mas também na sua finalidade social e precípua que prioriza o interesse público e que, por esta razão, é solicitada a atuar apoiando outros órgãos governamentais do executivo, do judiciário e do Ministério Público contribuindo para o desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente. A Fundacentro também se relaciona com estes órgãos e outros parceiros através de Acordos de Cooperação, Protocolos de Intenções ou instrumentos congêneres. O relacionamento com os cidadãos-usuários concretiza-se através dos canais de serviço já descritos anteriormente neste Relatório de Gestão.

Nesta forma de oferecimento do serviço não existem similares no país.

Acrescente-se que a Fundacentro tem o reconhecimento de excelência de todos os seus parceiros institucionais, e pelo ineditismo e a importância de seus estudos tem a liderança na América Latina no campo da pesquisa na área de segurança e saúde no trabalho. Além disso, é oficialmente um centro colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dentro do campo da Segurança e Saúde no Trabalho.

Estas diretrizes de trabalho são unificadas para toda a organização, não se aplicando apenas ao Centro Técnico Nacional, sede da instituição, mas a todas as Unidades Descentralizadas, que as observam no planejamento e execução de ações de pesquisa e difusão de conhecimentos.

1.4 Organograma

O organograma funcional da **Fundacentro** é apresentado nas Figuras 1 a 3, abaixo.

Fig. 1. Alta Administração

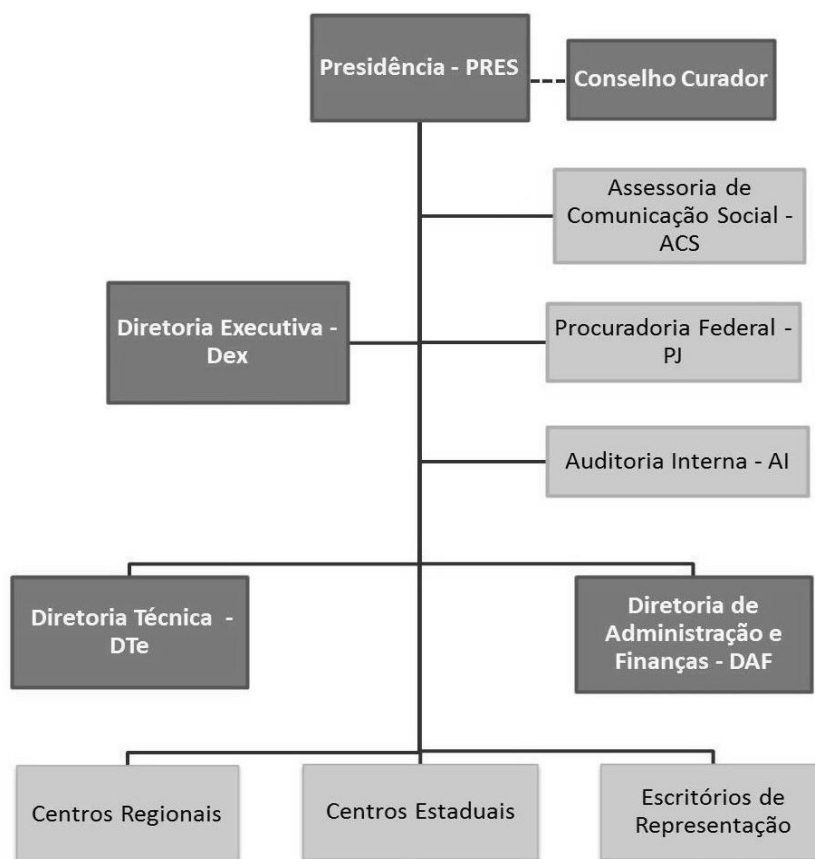
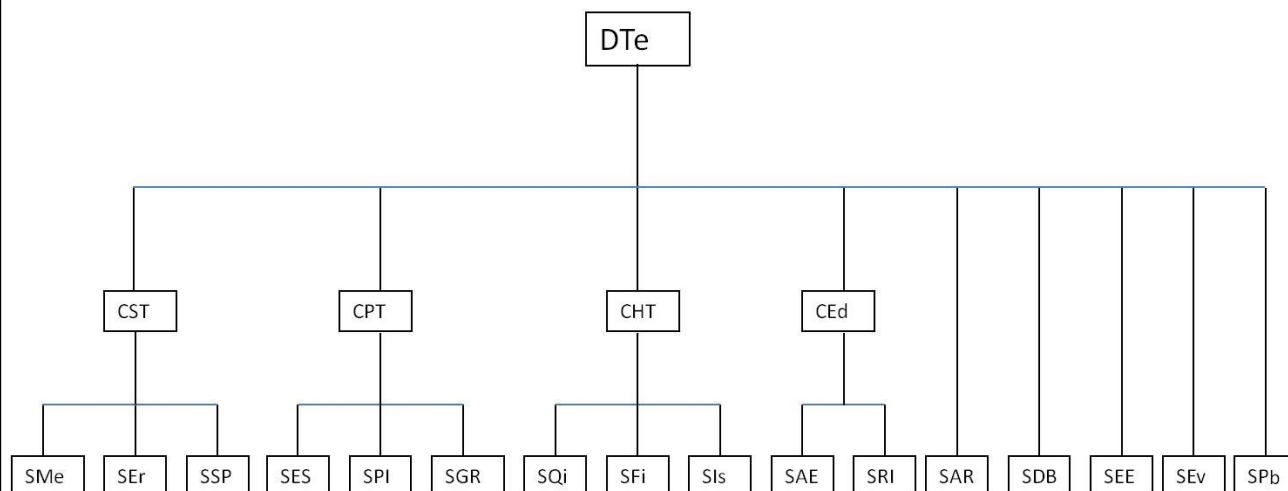


Fig. 2. Diretoria Técnica



DTe – Diretoria Técnica

CST – Coordenação de Saúde no Trabalho

CPT – Coord. de Segurança no Processo de Trabalho

CHT – Coordenação de Higiene no Trabalho

CEd – Coordenação de Educação

SMe – Serviço de Medicina

SEr – Serviço de Ergonomia

SSP – Serviço de Sociologia e Psicologia

SES – Serviço de Equipamentos de Segurança

SPI – Serviço de Processos Industriais

SGR – Serviço de Gerenciamento de Riscos

SQi – Serviço de Riscos Químicos

SFi – Serviço de Riscos Físicos

SIIs – Serviço de Instrumentação

SAR – Serviço de Atividades Rurais

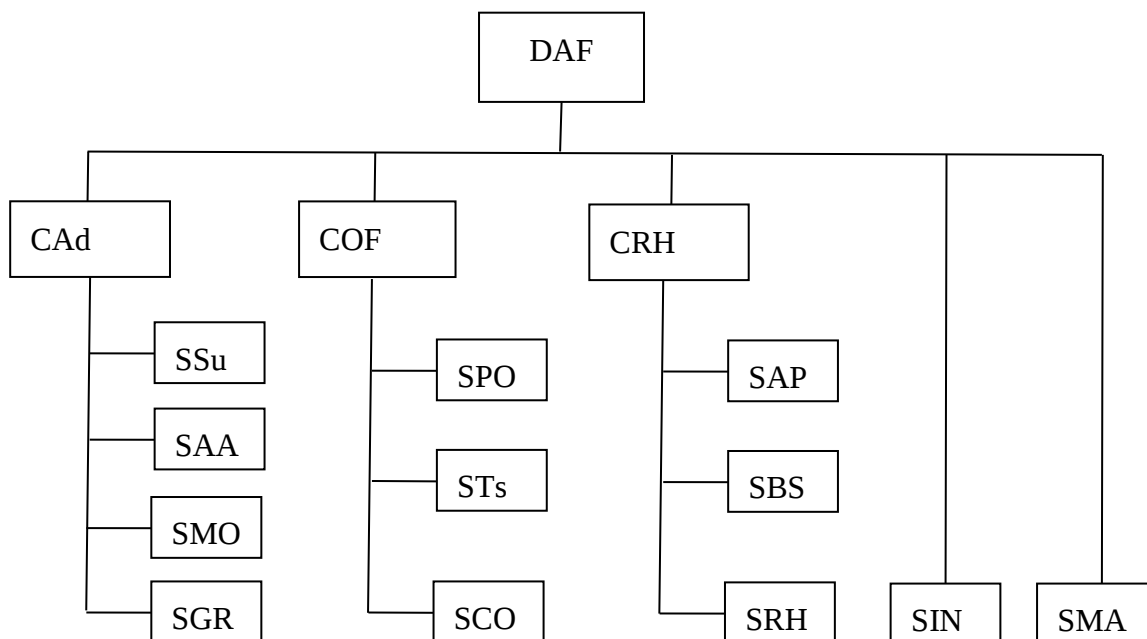
SDB – Serviço de Documentação e Biblioteca

SEE – Serviço de Epidemiologia e Estatística

SEv – Serviço de Eventos

SPb – Serviço de Publicações

Fig. 3. Diretoria de Administração e Finanças



DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAD – Coordenação de Administração

SSu – Serviço de Suprimentos

SAA – Serviço de Atividades Auxiliares

SMO – Serviço de Manutenção e Obras

SGR – Serviço Gráfico

COF – Coordenação de Administração e Finanças

SPO – Serviço de Planejamento e Orçamento

STs – Serviço de Tesouraria

SCo – Serviço de Contabilidade

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

SAP – Serviço de Administração de Pessoal

SBS – Serviço de Apoio Social e Benefícios

SRH – Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos

SIN – Serviço de Informática

SMA – Serviço de Organização e Modernização Administrativa

Quadro 1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências (descrição sucinta)	Cargo	Titular	Período de atuação
Presidência	– Representar e dirigir a Fundacentro de acordo com a missão da instituição e as disposições legais. – Divulgar as finalidades e realizações da Fundacentro para a sociedade. – Promover ações integradas da Fundacentro com o Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos governamentais.	Presidente	Maria Amelia Gomes de Souza Reis	01/01 a 31/12/2015
Diretoria Executiva	– Auxiliar a Presidência na formulação, direção e implementação das políticas internas e na execução de atividades de gestão e gerenciamento da Fundacentro.	Diretor Executivo	Renato Ludwig de Souza	01/01 a 26/02/2015
			Érica Lui Reinhardt	27/02/2015 a 25/06/2015
			Luiz Henrique Rigo Muller	26/06/2015 a 31/12/2015
Diretoria Técnica	Desenvolver, planejar, promover, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades técnico-científicas relacionadas ao campo da segurança e saúde no trabalho.	Diretor Técnico	Robson Spinelli Gomes	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Administração e Finanças	Planejar, coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à gestão e ao gerenciamento da Fundacentro.	Diretor Administrativo	Paulo César Vaz Guimarães	01/01 a 26/04/2015
			Sérgio Luiz Pereira	27/04/2015 a 31/12/2015
Assessoria de Comunicação Social	– Assistir à Presidência no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da Fundacentro. – Coordenar e executar ações de divulgação e informação à imprensa e de publicidade institucional e social. – Assegurar ampla divulgação das atividades da Fundacentro para a sociedade.	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	Alexandra Rinaldi	01/01 a 31/12/2015
Procuradoria Federal da Fundacentro	– Representar judicial e extrajudicialmente a Fundacentro. – Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e coordenar as atividades jurídicas da Fundacentro. – Analisar previamente e emitir parecer sobre instrumentos e documentos com validade legal a serem firmados pela Fundacentro.	Procurador-Chefe	Paulo Floriano Foglia	01/01 a 20/01/2015
			Ricardo Cardoso da Silva	21/01/2015 a 31/12/2015
Auditoria Interna	– Assistir à Presidência e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos. – Orientar tecnicamente quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos. – Executar as atividades de auditoria interna.	Chefe da Auditoria Interna	Benedito Silva Guimarães Filho	01/01 a 31/12/2015
Centros Regionais, Centros Estaduais e Escritórios de Representação	– Executar ações específicas, em nível regional, estadual e local, respectivamente, nas áreas de atuação da entidade e coordenar a realização de estudos e pesquisas para atender a situações de interesse local.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

1.5 Macroprocessos Finalísticos

A Fundacentro, a partir de 2014, rearranjou seus macroprocessos finalísticos nos três macroprocessos abaixo após a elaboração do planejamento estratégico do Ministério do Trabalho e Emprego, do qual a instituição participou. Todos os macroprocessos finalísticos são voltados ao cumprimento de sua missão, que é a produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, visando ao desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente.

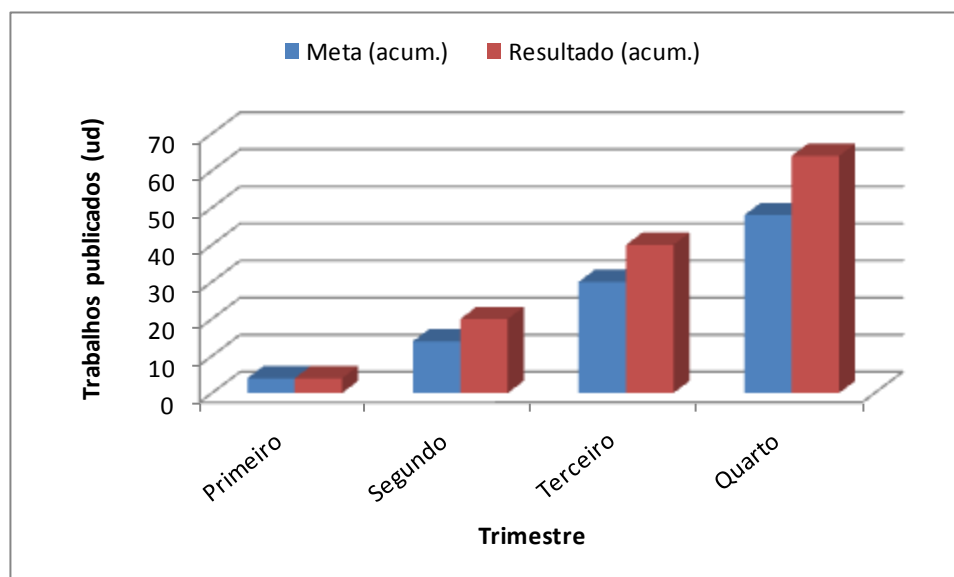
1. Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2015:

O macroprocesso foi desenvolvido por meio de projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, que são avaliados e aprovados anualmente. Os projetos são agrupados em diferentes programas conforme os diferentes temas e são coordenados por servidores da Fundacentro, normalmente lotados nos setores subordinados à Diretoria Técnica, que tenham formação específica adequada à coordenação destes projetos. As equipes dos projetos são compostas por outros servidores da instituição, por profissionais pertencentes a outras instituições públicas ou privadas, ou ambos. Os cronogramas dos projetos normalmente envolvem a identificação e a contextualização de problema ou tema em segurança e saúde no trabalho, propondo, ao final medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições para emitir relatórios, informes e pareceres técnico-científicos na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente.

Os resultados e conclusões obtidos são divulgados pelos canais mais adequados a cada situação. Em 2015 foram publicados 16 artigos, 3 livros, 4 capítulos de livro, 10 trabalhos em anais de evento, 17 relatórios e pareceres técnicos e 14 dissertações de mestrado/teses de doutorado, totalizando 64 pesquisas/estudos publicados. É muito relevante o Programa de Pós-Graduação de Mestrado *stricto sensu* da Fundacentro – Trabalho, Saúde e Ambiente, com 13 dissertações defendidas, para a ampliação do número de pesquisas publicadas, permitindo superar a meta nos últimos anos.

Cumprir destacar que a meta física estabelecida foi integralmente alcançada e, além disso, ultrapassada, conforme o gráfico abaixo.



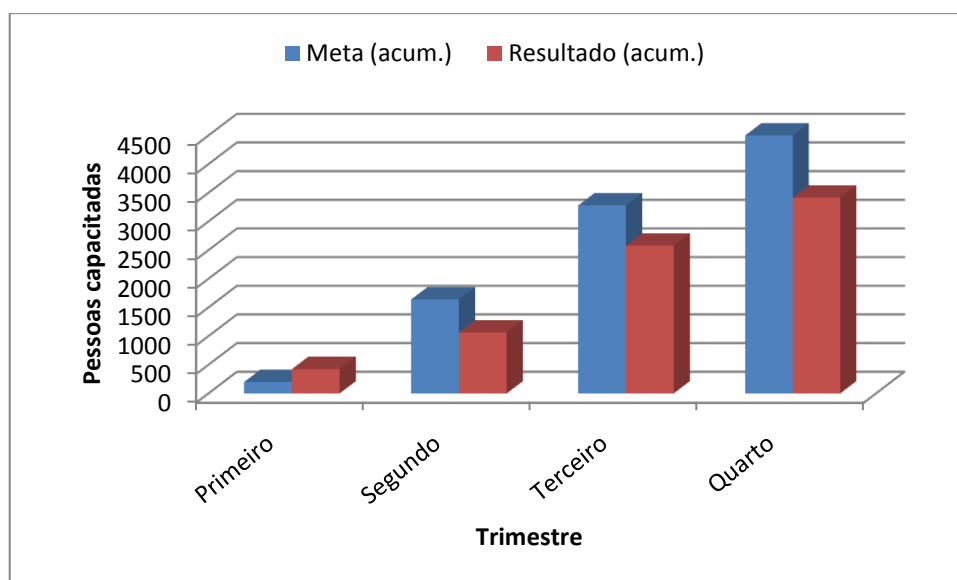
2. Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2015:

As ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior a 8 horas, normalmente organizados e gerenciados pela Coordenação de Educação e pelo Serviço de Eventos.

Para os cursos são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático, da carga horária, do público-alvo e da metodologia de ensino que é utilizada. A divulgação do curso é feita pela Assessoria de Comunicação Social e no sítio da Fundacentro na internet. A Coordenação de Educação é responsável pela emissão dos certificados, que desde 2013 passaram a ser emitidos no formato eletrônico e atualmente podem, portanto, ser obtidos pelo próprio aluno após solicitação por meio de formulário próprio no sítio da Fundacentro na internet. Durante o ano, foram capacitadas 3414 pessoas por meio destes cursos realizados no Centro Técnico Nacional em São Paulo e nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro, distribuídas por todo o território nacional.

Nesse caso, a meta física estabelecida não foi alcançada. Diversas dificuldades levaram ao não cumprimento da meta de 2015. Podem ser destacados: a) a interrupção dos contratos dos terceirizados, ocorrida no primeiro semestre, que inviabilizou a realização de alguns cursos e eventos; b) a aposentadoria, sem substituição, de diversos servidores que eram coordenadores de atividades de capacitação nas suas respectivas unidades; e c) o contingenciamento de diárias e passagens. Deve ser destacado que essa ação estratégica é, dentre as ações da Fundacentro, a que sofre um impacto mais imediato do contingenciamento de diárias e passagens, já que grande parte dos cursos depende do deslocamento de pesquisadores. Deve ser destacado também que mesmo o cumprimento parcial da meta se deve ao estabelecimento de parcerias, nas quais instituições parceiras custearam deslocamento e hospedagem. Para correção do rumo da ação, é fundamental que, no mínimo, voltemos a ter o montante de diárias equivalente ao valor de 2014 e que seja realizado concurso público para substituição dos servidores aposentados.



3. Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador

Desenvolvimento do macroprocesso no ano de 2015:

As ações ocorreram por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas com a exposição de diferentes assuntos em SST, pela distribuição de materiais

técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e recebendo visitantes em suas instalações para difusão de conhecimentos técnicos. Estas ações são realizadas tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.

Assim como nos anos anteriores, um evento com grande público que foi a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, realizada em Brasília. A Fundacentro, juntamente com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, participou, com um estande para divulgar os conhecimentos na área de Segurança e Saúde no Trabalho. O tema desta semana foi: luz, ciência e vida. A escolha do tema se deu porque a Assembleia Geral das Nações Unidas decretou 2015 como sendo o “Ano Internacional da Luz e das Tecnologias nela baseadas”. O evento ocorreu dias 19 e 25 de outubro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília/DF. A Fundacentro ainda organizou duas palestras como parte da programação da semana. Este evento permitiu à Fundacentro expor a estudantes e outros interessados os trabalhos realizados nos últimos anos e a distribuição de publicações da instituição. Todos esses fatores contribuíram para o alcance de um dos objetivos da Fundacentro, a difusão dos conhecimentos gerados em seus estudos e pesquisas, e também para maior visibilidade da instituição na sociedade. Ao trabalhar com o público infanto-juvenil, o conhecimento repassado acaba sendo importante não apenas para o aluno, mas também pode ser repassado para os pais.

Vale destacar o papel da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO no cumprimento dos objetivos deste macroprocesso, revista científica indexada na SciELO e que possui classificação Qualis da CAPES. A Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO vem ganhando maior visibilidade e credibilidade, o que se observa pelo número crescente de artigos submetidos e de downloads dos artigos publicados nos últimos anos.

Em 2015, foram publicadas as edições nº 131 e nº 132, que compõem o volume 40 da revista, contendo 4 editoriais e 19 artigos científicos.

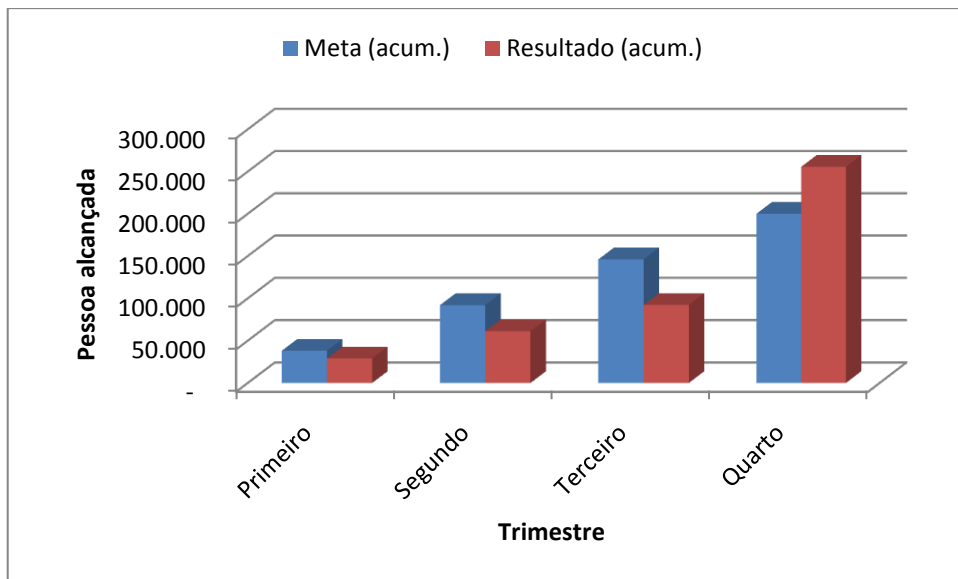
A RBSO está hoje indexada nas bases: CAB Abstracts; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Global Health; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC); Red Panamericana de Información en Salud Ambiental / Biblioteca Virtual en Desarrollo Sostenible y Salud Ambiental (REPIDISCA/BVSDE); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (LATINDEX). A revista também integra o Portal de Periódicos da CAPES. No sistema Qualis da CAPES, que classifica anualmente os periódicos científicos em que se publica a produção científica brasileira, a RBSO foi classificada em 2014, último ano disponível no Portal, como B2 em Saúde Coletiva.

Em 2015, a RBSO passou a integrar o grupo dos 100 periódicos brasileiros mais citados, segundo o Google Acadêmico.

O periódico vem ganhando visibilidade, o que pode ser observado pelo número crescente de downloads do seu conteúdo publicado nos últimos anos. Em 2015 foram: 451.158 downloads de artigos, no portal do SciELO e 4025 downloads de edições completas, no portal da Fundacentro.

O material técnico-científico produzido pela Fundacentro em 2015 foi disponibilizado para a sociedade por meio de diferentes mídias, distribuídas pelo Serviço de Documentação e Biblioteca ou pelo Serviço de Informática no portal da instituição. Em 2015, houve um aumento expressivo de downloads em substituição a publicações impressas e mídias eletrônicas.

Cumprir destacar que a meta física estabelecida foi integralmente alcançada e, além disso, ultrapassada, conforme o gráfico abaixo.



Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador	Tem por objetivo desenvolver pesquisas e estudos visando a produção de conhecimento científico e tecnológico sobre segurança e saúde no trabalho. O macroprocesso é realizado por meio de projetos sobre temas específicos em segurança e saúde no trabalho, avaliados e aprovados anualmente. Os cronogramas normalmente envolvem a identificação e a contextualização de problema ou tema em segurança e saúde no trabalho, propondo, ao final, medidas e recomendações aplicáveis à situação de trabalho investigada. Os projetos também podem ser iniciados a partir de demandas de entes públicos ou privados nacionais ou estrangeiros ao final sendo emitidos relatórios, informes e pareceres técnico-científicos.	Teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e trabalhos de conclusão de curso; artigos científicos em publicações especializadas; relatórios de pesquisas; apresentações, impressas ou orais, em eventos científicos nacionais e internacionais; relatórios técnicos; pareceres; laudos; regulamentos; normas.	Órgãos de governo, sindicatos, profissionais em SST, empresas públicas e privadas.	Diretoria Técnica e setores subordinados, exceto os Serviços de Publicações, de Eventos, de Documentação e Biblioteca e de Recursos Instrucionais.
Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de cursos e outros eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga superior a 8 horas. Para os cursos são elaborados ou atualizados materiais didáticos em função do conteúdo programático, da carga horária, do público-alvo e da metodologia de ensino que é utilizada. Os cursos são realizados tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas capacitadas; cursos de curta duração; oficinas de trabalho; seminários, congressos, simpósios e outros eventos.	Sindicalistas, profissionais em SST, agentes de fiscalização, outros agentes públicos, empregadores e gestores.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço Gráfico.
Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador	Tem por objetivo contribuir para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações ocorrem por meio de eventos organizados ou apoiados pela Fundacentro com carga inferior a 8 horas com a exposição de diferentes assuntos em SST, pela distribuição de materiais técnico-científicos em SST e pelo atendimento direto ao público, respondendo a dúvidas técnicas e recebendo visitantes em suas instalações para difusão de conhecimentos técnicos. Estas ações são realizadas tanto no Centro Técnico Nacional em São Paulo, quanto nas Unidades Descentralizadas da Fundacentro.	Pessoas alcançadas; distribuição de materiais nas formas impressa, audiovisual ou eletrônica, como a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, revista científica editada pela Fundacentro; outras publicações técnicas e de divulgação, como livros, manuais, regulamentos técnicos, anais, livretos, cartilhas, histórias em quadrinhos; outros materiais, como folhetos, cartazes e folderes; filmes; programas de rádio; vídeos publicados na internet; materiais publicados no sítio da instituição na internet.	Profissionais de SST, estudantes e outros interessados.	Diretoria Técnica, setores subordinados e Serviço de Informática.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A Fundacentro não possui programa temático sob sua responsabilidade. A UPC participa do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda, no qual é responsável pela ação orçamentária 20YW – Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho e do Programa 2127 – Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Fundacentro também não possui objetivo do PPA sob sua responsabilidade. A UPC participa do Objetivo 0869 – Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente, dentro do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda, no qual é responsável pela ação orçamentária 20YW – Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho.

O Planejamento Estratégico da Fundacentro estava vinculado às frentes de trabalho previstas no PPA 2012-2015, especialmente o Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda. A Fundacentro também integrou o planejamento estratégico do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo responsável por três ações estratégicas:

- a) “Realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador”, inserida no objetivo estratégico “Promover pesquisas e políticas sustentáveis voltadas ao trabalho decente”;
- b) “Desenvolver ações educativas relacionadas com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho”, inserida no objetivo estratégico “Promover ambiente de trabalho seguro e saudável”; e
- c) “Difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador”, também inserida no objetivo estratégico “Promover ambiente de trabalho seguro e saudável”.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento está sendo implementado, mas deve ser revisto em função da fusão do MTE e MPS.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De acordo com a Lei nº 5.161/ 1966, que criou a Fundacentro, ela tem por objetivo principal e genérico a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Pelo Decreto nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, e que, de certa forma especifica o objetivo da instituição, a Fundacentro tem, entre outras responsabilidades: a) elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador; b).desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho; e c) difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador. As ações estratégicas da Fundacentro no planejamento estratégico espelham essas responsabilidades.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

O monitoramento é trimestral, com os dados obtidos do Sistema de Gestão de Projetos e Atividades – SGPA, sistema informatizado interno inteiramente desenvolvido pela Fundacentro.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 2.2.1.A – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2071				
Título	Trabalho, Emprego e Renda				
Esfera de Recursos – PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	c) Dotação/Posição – 2015	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	R\$ 20.466.000	R\$ 15.266.000	R\$ 5.200.000	–	
Orçamento de Investimentos – OI				–	
Outras Fontes				–	
Total	20.466.000,00	15.266.000,00	5.200.000,00	–	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI em 2015				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2015					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
3.270.314,25	2.171.528,88	2.171.528,88		1.098.785,37	
Restos a Pagar – OFSS – Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2015	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	1.256.893,91	49.127,43	49.127,43		1.207.766,48
Processados					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015					
Dotação OFSS	5.200.000,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro 2.2.1.B – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2127				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Esfera de Recursos – PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	c) Dotação/Posição – 2015	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	R\$ 310.860.265	R\$ 233.397.209	R\$ 77.463.056	–	
Orçamento de Investimentos – OI				–	
Outras Fontes				–	
Total	310.860.265,00	233.397.209,00	77.463.056,00	–	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI em 2015				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
74.094.463,44	68.836.776,69	68.836.776,69		5.257.686,75	
Restos a Pagar – OFSS – Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2015	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	3.635.571,33	1.116.822,26	1.116.822,26	7.093,75	2.511.655,32
Processados					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	77.463.056,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro 2.2.1.C – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		10.38201.11.571.2071.20YW			Tipo:	Atividade
Título		Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho				
Iniciativa		04FW – Fortalecer ações, estudos, pesquisas e inovações no campo da proteção ao trabalhador				
Objetivo		Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente			Código	0869
Programa		Trabalho, Emprego e Renda	Código	2017	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.200.000,00	5.200.000,00	3.270.314,25	2.171.528,88	2.171.528,88		1.098.785,37
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pesquisas e estudos sobre regulamentação, riscos emergentes, determinantes sociais da saúde do trabalhador, construção de cenários futuros, fatores determinantes de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como sobre o desenvolvimento de estratégias de intervenção, técnicas de prevenção e gestão de riscos no ambiente de trabalho. Estudos, pesquisas e diagnósticos nacionais, regionais ou setoriais, visando à produção de conhecimento científico e tecnológico voltado para o fortalecimento das políticas públicas, o bem estar do trabalhador e a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho. Cursos, seminários, teleconferências, simpósios, fóruns, colóquios e ciclos de debates nacionais ou internacionais para a capacitação e disseminação do conhecimento.		Estudo/pesquisa publicado	44	44	64	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014 ³	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.256.893,91	49.127,43	1.207.766,48	–		–	–

Nota 1: A dotação inicial era, de fato, de R\$ 5 milhões, aos quais foram acrescidos R\$ 200.000,00 por meio de Emenda Parlamentar do Deputado Sebastião Bala Rocha, mas que não houve a liberação da cota limite para sua utilização.

Quadro 2.2.1.D – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		0181		Tipo:		
Título		Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código	0089	Tipo:
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2015		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.140.000,00	26.537.777,00	26.507.802,13	26.507.802,13	26.506.958,95	–	–
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada		Servidor aposentado/pensionista		208	–	227
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada
–	–	–	–	–		–

Nota 1: Houve crédito suplementar no valor de R\$ 3.397.777,00.

Quadro 2.2.1.E – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		20TP			Tipo:	
Título		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.825.424,00	42.375.424,00	41.721.503,06	41.721.503,06	41.721.503,06	–	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Remuneração a servidores efetivos em exercício			Servidores ativos	322	–	304
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
341.776,82	317.940,06	0,00	–		–	–

Quadro 2.2.1.F – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2000			Tipo:		
Título	Administração da UPC					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego					
Unidade Orçamentária	38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.500.000,00	23.500.000,00	22.132.801,76	16.875.115,01	16.727.064,88	148.050,13	5.257.686,75
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
–			–	–	–	–
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.293.794,51	798.882,20	7.093,75	–		–	–

Nota: Nesta ação (2000) a justificativa para a sobra de recurso em custeio, foi devido: a) à alteração no contrato de informática, sendo que a instituição ficou dois meses sem contrato, bem como a alteração na forma de contratação, o que reduziu os custos; e b) à Fundacentro ter ficado 2 meses sem o contrato de Apoio, havendo também a redução do valor do referido contrato devido à substituição de assistentes administrativos terceirizados, num total de 30 pessoas, por servidores concursados que ingressaram em 2015.

Quadro 2.2.1.G – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		2004			Tipo:	
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
971.808,00	971.808,00	600.003,10	600.003,10	600.003,10	–	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Servidor/dependente	688	–	530
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
–	–	–	–		–	–

Quadro 2.2.1.G – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		2010		Tipo:		
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.000,00	36.000,00	27.774,20	27.774,20	27.774,20	–	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			Criança atendida	37	–	21
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
–	–	–	–		–	–

Quadro 2.2.1.H – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		2011		Tipo:		
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
123.204,00	130.204,00	128.563,79	128.563,79	128.563,79	–	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Servidor ativo	53	–	62
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
–	–	–	–		–	–

Nota 1: Houve crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00.

Quadro 2.2.1.I – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		2012			Tipo:	
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.440.000,00	1.440.000,00	1.275.009,78	1.275.009,78	1.275.009,78	–	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Servidores/comissionados	322	–	304
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
–	–	–	–		–	–

Quadro 2.2.1.J – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:		
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego					
Unidade Orçamentária	38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.450.000,00	8.900.000,00	8.191.170,22	8.191.170,22	8.191.170,22	–	–
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Servidores/comissionados	322	–	304	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
–	–	–	–	–	–	

Quadro 2.2.1.K – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		00M1		Tipo:		
Título		Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		2127 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego				
Unidade Orçamentária		38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
109.620,00	109.620,00	17.637,53	17.637,53	17.046,21	591,32	–
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Servidores/comissionados	–	–	3
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
–	–	–	–		–	–

Não foi incluído o quadro Ações/Subtítulos – OFSS, pois a Fundacentro tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados às ações orçamentárias detalhadas acima. Sendo assim, o preenchimento do referido quadro não se aplica.

Também não foi incluído o quadro Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS, pois em 2015 a Fundacentro não teve ações não mais previstas na LOA 2015 e respectivos restos a pagar não processados.

A Fundacentro não possui orçamento de investimento, portanto o quadro Ações – Orçamento de Investimento – OI, também não se aplica.

2.2.1.1 Análise situacional, incluindo os fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O MTE promoveu em 2013 uma revisão de seu PPA, no qual a Fundacentro se inclui, fazendo com que a instituição ficasse apenas com uma ação finalística na LOA, que não reflete de forma completa a sua atuação. Esta ação, as metas física e orçamentária e o respectivo indicador são detalhados no Quadro 2.2.1.C, correspondente aos estudos e pesquisas publicados. Conforme é possível observar no referido quadro, a produção da Fundacentro relativa a esta ação excedeu sua

meta em aproximadamente 45% em relação à meta prevista e à meta reprogramada, isto é, em ambos os casos conseguiu superar a meta estabelecida.

A execução física desta ação é compatível com a respectiva execução financeira, lembrando que em Ciência e Tecnologia produção nem sempre guarda uma relação direta com esta última, já que as pesquisas têm diferentes prazos de maturação e a materialização dos produtos depende de fatores que não estão sob controle da instituição, como por exemplo, os prazos para análise dos trabalhos submetidos aos periódicos.

2.2.2 Informações sobre a execução de despesas

Quadro 2.2.2.A – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.223.022,28	20.503.716,31	14.144.770,51	16.944.978,31
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	14.223.022,28	20.503.716,31	14.144.770,51	16.944.978,31
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.269.303,79	3.579.299,83	3.216.095,55	3.148.296,49
h) Dispensa	2.342.295,24	2.638.782,45	2.289.087,00	2.346.947,88
i) Inexigibilidade	927.008,55	940.517,38	927.008,55	801.348,61
3. Regime de Execução Especial	4.401,18	6.477,79	4.401,18	0,00
j) Suprimento de Fundos	4.401,18	6.477,79	4.401,18	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	80.461.715,08	72.649.871,71	80.461.715,08	72.331.931,65
k) Pagamento em Folha	80.296.976,23	72.365.869,72	80.296.976,23	72.047.929,66
l) Diárias	164.738,85	284.001,99	164.738,85	284.001,99
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	97.958.442,33	96.739.365,64	97.826.982,32	92.425.206,45

Nota: Os precatórios foram incluídas nas despesas de folha de pagamento.

Quadro 2.2.2.B – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<i>Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil</i>	R\$ 41.227.990	R\$ 40.335.855	R\$ 41.227.990	R\$ 40.335.855			R\$ 41.227.990	R\$ 40.017.915
<i>Aposentadorias</i>	R\$ 23.988.616	R\$ 20.072.440	R\$ 23.988.616	R\$ 20.072.440			R\$ 2.398.773	R\$ 20.072.440
<i>Obrigações Patronais</i>	R\$ 8.191.004	R\$ 8.074.972	R\$ 8.191.004	R\$ 8.074.972			R\$ 8.191.004	R\$ 8.074.972
<i>Demais elementos do grupo</i>	R\$ 6.889.366	R\$ 3.906.439	R\$ 6.889.367	R\$ 3.882.602		R\$ 23.837	R\$ 28.478.366	R\$ 3.882.602
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
<i>Locação de mão de obra</i>	R\$ 13.697.759	R\$ 16.732.399	R\$ 11.792.594	R\$ 14.419.192	R\$ 1.905.166	R\$ 2.313.207	R\$ 11.752.588	R\$ 14.419.192
<i>Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica</i>	R\$ 5.203.415	R\$ 3.821.694	R\$ 4.100.116	R\$ 3.315.328	R\$ 1.103.299	R\$ 506.365	R\$ 4.096.672	R\$ 3.310.509
<i>Auxílio Alimentação</i>	R\$ 1.268.669	R\$ 1.311.185	R\$ 1.268.669	R\$ 1.311.185	R\$ 0		R\$ 1.268.669	R\$ 1.311.185
<i>Demais elementos do grupo</i>	R\$ 3.828.202	R\$ 4.330.089	R\$ 3.661.552	R\$ 4.160.158	R\$ 166.650	R\$ 169.930	R\$ 3.594.606	R\$ 4.156.300
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<i>Equipamentos e Material permanente</i>	R\$ 1.772.036	R\$ 1.628.304	R\$ 176.369	R\$ 727.152	R\$ 1.595.668	R\$ 901.151	R\$ 176.369	R\$ 727.152
<i>Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica</i>	R\$ 773.961	R\$ 283.739	R\$ 71.046	R\$ 182.744	R\$ 702.915	R\$ 100.996	R\$ 32.800	R\$ 182.744
<i>Obras e Instalações</i>	R\$ 908.062	R\$ 7.912	R\$ 25.287		R\$ 882.775	R\$ 7.912	R\$ 25.287	
<i>Demais elementos do grupo</i>	R\$ 0	R\$ 4.566	R\$ 0	R\$ 4.566	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 4.566
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

2.2.2.1 Análise crítica da realização da despesa

A redução nas despesas contratadas por Pregão entre o ano de 2014 e 2015 está relacionada à diminuição do contrato de mão de obra terceirizada e à entrada de novos servidores concursados. Reduziram-se os gastos em custeio, cresceram os gastos com pessoal. Reduziram-se os gastos com Locação de Mão de Obra, cresceram os gastos com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil. Entretanto, a entrada de novos servidores fortalecerá a Fundacentro no longo prazo. Por outro lado, cresceram os gastos com Aposentadorias de 2014 para 2015, o que demonstra a necessidade de novos concursos para reposição de pessoal. Enquanto as despesas com Pessoal Ativo cresceram aproximadamente 2% de 2014 para 2015, as despesas com Aposentadorias cresceram aproximadamente 20%.

Outro aspecto importante é que o montante de recursos para diárias e passagens não é compatível com as necessidades da Instituição e precisa ser ampliado. Entretanto, de 2014 para 2015 houve redução de aproximadamente 42% nos gastos com diárias, o que prejudicou a atuação da Fundacentro, especialmente na área finalística.

O processo interno de contratação na Fundacentro precisa ser aprimorado para que a execução orçamentária de capital seja mais adequada.

Para o fortalecimento da atuação institucional da Fundacentro, é preciso ampliar a disponibilidade orçamentária e os limites para empenhos e pagamentos de diárias e passagens. Também é necessário realizar novos concursos para reposição de pessoal, especialmente na área finalística.

2.2.3 Desempenho Operacional

A atuação da Fundacentro no ano de 2015 procurou manter vinculação com os demais órgãos públicos, de forma a garantir sinergia na ação governamental. Por esse caminho, a instituição adota como premissa que a implantação do trabalho decente em nível nacional só é factível com a articulação das diferentes políticas públicas, a saber: saúde, segurança ocupacional, previdência social, economia solidária, transportes, etc.

Tal contexto informou a elaboração do plano operacional, consubstanciado no SGPA – Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades da Fundacentro, no qual se encontram detalhados os projetos com respectivos objetivos, metas, cronogramas e recursos necessários à sua consecução. Em síntese, pode-se frisar que, por meio de iniciativa associada à produção e difusão de conhecimentos em segurança e saúde no trabalho, missão institucional da Fundacentro detalhada no tópico 1.1, a instituição procurou incrementar a sua produção técnica e científica, além das ações de difusão desses conhecimentos gerados, o que foi detalhado anteriormente.

Os macroprocessos finalísticos espelham as ações estratégicas sob responsabilidade da Fundacentro. Seus principais resultados no exercício de 2015 estão detalhados no tópico 1.5.

Desnecessário mencionar que a Fundacentro, assim como os demais órgãos, sofre as contingências do cenário socioeconômico brasileiro. Logo, restrição de recursos, problemas nas instalações, deficiências de pessoal, ausência de concursos públicos, aumento nas aposentadorias, são parte de um fenômeno compartilhado por toda a administração pública. Desses, o principal risco para o alcance das metas e da missão da Fundacentro é, sem dúvida, o originado da perda gradativa dos recursos humanos da instituição, sem que haja a devida reposição por meio de concursos públicos. Esta perda corresponde a quase 17% do quadro desde 2010, porcentagem que poderá chegar a 51% até 2020 sem esta reposição.

Em 2015, foi crítico especialmente o contingenciamento dos recursos destinados a passagens e diárias: o valor disponibilizado para o exercício representa 62% do valor do ano anterior sem considerar a inflação. As atividades de campo e os deslocamentos para a realização de cursos tiveram que ser reduzidos em função da perda de orçamento.

O risco poderia ser minimizado de forma mais efetiva mediante a realização de concurso para preenchimento de 150 vagas de nível superior, redistribuídas para a Fundacentro pela Portaria 2434, de 10/09/2010, publicada no DOU de 13/10/2010 pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Uma via alternativa para minimizar tal risco tem sido a de suprir tal deficiência por meio de parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, contratação de estagiários e ingresso de alunos no Programa de Pós-graduação “Trabalho, Saúde e Ambiente” mantido pela Fundacentro. Saliente-se, porém, que estas medidas são apenas paliativas e não eliminam o risco identificado.

Outras observações sobre os aspectos orçamentários encontram-se detalhadas nos itens 2.2.1.1 e 2.2.2.1.

2.3 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

A Fundacentro não elaborou e implantou indicadores de desempenho para o acompanhamento das atividades da gestão.

2.3.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Não se aplica.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

De acordo com seu Estatuto a Fundacentro tem um Conselho Curador, ao qual compete:

- I – aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;
- II – autorizar a solicitação de abertura de créditos adicionais;
- III – autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes, e seus respectivos termos aditivos;
- IV – decidir sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, manifestando-se, inclusive, acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;
- V – examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades da Fundacentro para encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e posterior julgamento do Tribunal de Contas da União;
- VI – examinar os assentamentos contábeis e administrativos, zelando pelo cumprimento da legislação pertinente e deste Estatuto;
- VII – examinar e emitir parecer sobre as propostas de alteração do Estatuto e do regimento interno da Fundacentro;
- VIII – examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos; e
- IX – representar ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer na administração da Fundacentro.

Além disso, em sua estrutura também figura a Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com competências de: a) assistir direta e indiretamente ao Presidente da Fundacentro e ao Conselho Curador quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da Fundacentro; b) orientar tecnicamente os demais órgãos da Fundacentro quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos; c) executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e d) acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na Fundacentro para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

A Fundacentro é dirigida por um Presidente e três Diretores, nomeados na forma da legislação pertinente. O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da Fundacentro, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

- I – Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II – Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- III – Presidente da Fundacentro;
- IV – Diretor-Executivo da Fundacentro;
- V – um representante do Ministério da Previdência Social;
- VI – um representante do Ministério da Saúde;

VII – dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

VIII – quatro representantes dos empregadores; e

IX – quatro representantes dos trabalhadores.

A Presidência do Conselho Curador é exercida pelo Presidente da Fundacentro e seus membros, mesmos os servidores, não recebem nenhuma remuneração adicional para o exercício de suas funções no colegiado.

Compõem também o Conselho Curador, sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da Fundacentro. Sendo que os suplentes dos membros natos são escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. Já os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador são indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, em âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho.

O rol de responsáveis anexado a este relatório identifica nominalmente todos os membros deste Conselho, bem como os respectivos períodos de exercício.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem como finalidade básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Federal, contribuindo para que a Gestão dos recursos depositados pela sociedade seja conduzida dentro dos princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, observando-se a conformidade na realização dos recursos e o desempenho Institucional.

Para atingir esse objetivo, a Auditoria Interna elaborou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), para o exercício de 2015. O Plano contemplou atividades a serem realizadas pela Auditoria Interna da Fundacentro, considerando o quadro de servidores.

Em 2015 a Auditoria Interna realizou as seguintes ações:

- a) 11 (onze) Pareceres de Auditoria;
- b) 03 (três) Relatórios de Auditorias, frutos dos trabalhos de auditoria nas Unidades Descentralizadas (CERS, CRBA e CESC) com visita in-loco;
- c) 05 (cinco) Despachos em Processo;
- d) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/14;
- e) Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/16;
- f) 08 (oito) solicitações de Auditoria;
- g) Ações de Planejamento das Auditorias nas Unidades Descentralizadas;
- h) Todas as determinações do TCU, recomendações da CGU que tiveram manifestações dos Gestores, foram acompanhadas pela Auditoria Interna;
- i) No exercício, houve encaminhamento de correspondências eletrônicas, ofícios, participações de reuniões;
- j) Solicitações de Auditorias (SA);
- k) 03 (três) Notas Técnicas.

Das atividades concluídas em 2015, cerca de 60% estavam previstas no plano de atividades PAINT/2015. Os 40% restantes são relativos a trabalhos não programados, que foram demandados pela alta Administração. Os trabalhos da Auditoria Interna concentraram-se na Sede da Fundacentro

e nas Unidades Descentralizadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina. Dessa forma, são apresentadas todas as ações desenvolvidas, desde as auditorias previstas até as ações não planejadas.

3.1.1 Descrições e escopos das ações de auditoria interna realizadas

Ao final de cada trabalho de auditoria, os respectivos relatórios e pareceres contendo os apontamentos e as correlatas recomendações são encaminhados à Presidência para conhecimentos e deliberação para providências das áreas auditadas. Os referidos documentos também foram encaminhados à CGU/SP, conforme determina a Legislação vigente.

A Auditoria Interna iniciou a elaboração de processo de acompanhamento das recomendações por ela expedidas. Para o próximo exercício o nosso objetivo é implantar efetivamente o processo de monitoramento para que as eventuais pendências apontadas nos relatórios e pareceres sejam sanadas antes da realização da auditoria de gestão da Fundacentro pelos órgãos externos.

Pareceres: 01/2015 a 11/2015

Parecer AI-001/2015 – Protocolo 7911/13

Compra de leite em pó, na Unidade Descentralizada de Santa Catarina (CESC).

Objetivo: Análise decorre da solicitação da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) às fls. 35 verso do processo CESC/SAD/nº 029/13.

Escopo: Emissão de parecer quanto à SC/nº22/2013, que versa sobre a aquisição de 250 pacotes de 400g de leite em pó para o CESC com recursos da Administração Pública.

Parecer AI-002/2015 – Protocolo 8550/14

Edital de Licitação para Contratação de Empresa de Prestação de Serviços Continuados de Apoio Administrativo, Operacional e Técnico.

Objetivo: Análise do processo nº 758/2014, por solicitação da Presidência da Fundacentro.

Escopo: Apreciação e apontamento da minuta do edital, que visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de apoio em planejamento e controle, apoio administrativo, apoio operacional e apoio técnico para atendimento das necessidades da Fundacentro (Sede e Unidades Descentralizadas).

Valor Anual: R\$ 13.861.401,84 (treze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e um reais e oitenta quatro centavos).

Parecer AI-003/2015 – Protocolo 7118/12

Contratação de Empresa de Prestação de Serviços Vigilância e Segurança Armada para o Centro Regional de Pernambuco (CRPE) – REPACTUAÇÃO.

Objetivo: Análise do processo nº 69/2012, por solicitação da Presidência da Fundacentro.

Escopo: Análise da lisura do processo licitatório na modalidade pregão eletrônico de nº 001/2012, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e segurança armada a ser executado nas dependências da Fundacentro/CRPE.

Valor Anual: R\$ 162.437,40 (cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).

Parecer AI-004/2015 – Protocolo 5482/2012

Contrato de Prestação de Serviços Especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Objetivo: Análise do processo nº 471/2012, por solicitação da Diretoria de Administração e Finanças da Fundacentro.

Escopo: Manifestação desta Auditoria com respeito a uma suspeita de erro nos cálculos dos Tributos, apresentado nas planilhas de repactuação fornecidas pela empresa Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Valor Anual: R\$ 364.771,68 (trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos).

Parecer AI-005/2015

Prestação de Contas Anual da Fundacentro – Exercício de 2014 (prévia)

Objetivo: Análise prévia das peças componentes da Prestação de Contas Anual da Fundacentro, relativa ao exercício de 2014, por solicitação da Diretoria de Administração e Finanças da Fundacentro.

Escopo: Exame do Relatório de Gestão, conforme as normas de organização e de apresentação das peças que constituem o processo de contas do exercício de 2014 da Fundacentro.

Parecer AI-006/2015

Prestação de Contas Anual da Fundacentro – Exercício de 2014.

Objetivo: Emissão de parecer sobre a Prestação de Contas Anual da Fundacentro, relativa ao exercício de 2014, quanto às condições de ser submetido à apreciação do Conselho Curador, Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Escopo: Exame do Relatório de Gestão, conforme as normas de organização e de apresentação das peças que constituem o processo de contas do exercício de 2014 da Fundacentro.

Parecer AI-007/2015 – Protocolo 2313/2015

Repactuação com a empresa Brasanitas, período 2013, que em virtude de não haver mais contrato a diferença será paga por indenização.

Objetivo: Análise do processo nº 233/2015, por solicitação do Diretor Substituto da Diretoria de Administração e Finanças da Fundacentro.

Escopo: Emissão de parecer sobre cálculos dos valores da repactuação do contrato de nº 017/2010, com base no novo salário da categoria, imposto pela convenção Coletiva de Trabalho Vigente desde janeiro de 2013.

Parecer AI-008/2015 – Protocolo 8496/2013

Aplicação de Penalidade Empresa CR5 Brasil Segurança Ltda. – Contrato nº 009/2012.

Objetivo: Análise do processo nº 650/2013, por solicitação feita pelo Assessor Especial da Presidência.

Escopo: Emissão de parecer sobre possíveis prejuízos sofridos pela Fundacentro, inclusive apontando eventuais falha na execução do contrato 009/2012.

Parecer AI-009/2015

Questionamento da necessidade de abrir chamado Help Desk para atividades rotineiras.

Objetivo: Análise do memorando 94/2015/CTN/SIN, encaminhado pela área Sistemas de Informática.

Escopo: Emissão de parecer sobre réplica da área de Sistemas de Informática (SIn) sobre o nosso questionamento da necessidade de abrir um chamado Help Desk para atendimento a rotinas normais de trabalho como a conexão de pen drive ou hd externo.

Parecer AI-010/2015 – Protocolo 1365/2015

Resultado da comissão constituída para ressarcimento de valores relativo à assistência medica.

Objetivo: Análise do processo nº 160/2015, por solicitação da Assessoria da Presidência da Fundacentro.

Escopo: Emissão de parecer sobre regularidade de valores aprovados para ressarcimento a servidores apontados no processo 657/2010.

Parecer AI-011/2015 – Protocolo 7286/2012

Parecer sobre a possibilidade de prorrogação de contrato com restrição no SICAF.

Objetivo: Análise do processo 611/2012, por solicitação da Diretoria de Administração e Finanças.

Escopo: Emissão de parecer sobre prorrogação de contrato que ocorreu por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das maquinas gráficas.

Relatórios: 01/2015 a 03/2015

Relatório AI-001/2015 – sem protocolo

Acompanhamento de Gestão – Centro Estadual do Rio Grande do Sul (CERS).

Objetivo: Atender o item nº 18 do Plano de Atividade de Auditoria Interna 2014 – PAINT, aprovado pela Presidência da Fundacentro e a CGU/SP.

Escopo: Acompanhamento da Gestão.

Relatório AI-002/2015 – Protocolo 3802/2015

Acompanhamento de Gestão – Centro Regional da Bahia (CRBA).

Objetivo: Atender o item nº 13 do Plano de Atividade de Auditoria Interna 2015 – PAINT, aprovado pela Presidência da Fundacentro e a CGU/SP.

Escopo: Acompanhamento da Gestão.

Relatório AI-003/2015 – Protocolo 148/2016

Acompanhamento de Gestão de Contrato – Centro Estadual de Santa Catarina (CESC).

Objetivo: Atender o item nº 30 do Plano de Atividade de Auditoria Interna 2015 – PAINT, aprovado pela Presidência da Fundacentro e a CGU/SP.

Escopo: Acompanhamento da Gestão.

Despachos: 001 a 005

Ref.: Despacho nº001 – Protocolo 5913/2014. Assunto: Ofício 1910/2014 – TCU/SECEX-SP, de 25/08/2014.

Ref.: Despacho nº002 – Sem protocolo. Assunto: Cartão corporativo.

Ref.: Despacho nº003 – Protocolo 383/2013. Assunto: Desfazimento de Materiais de Bens – Informática.

Ref.: Despacho nº 004 – Protocolo 877/2011. Assunto: Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SRH).

Ref.: Despacho nº 005 – Protocolo 6323/2015. Assunto: Esclarecimento quanto à prestação de convenio – Fundação Zerbini.

Elaboração do RAIN/2014

Em janeiro de 2015, a Auditoria elaborou o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna da Fundacentro, referente ao exercício de 2014.

Elaboração do PAINT/2016

O PAINT/2016 foi elaborado pela equipe da Auditoria Interna após análise e recomendações dos Auditores da CGU/SP. A versão final buscou atender todas as recomendações exaradas pela equipe de auditores da CGU/SP.

Outras Atividades:

- Atender consultas das Unidades Descentralizadas, setores e coordenações da Fundacentro, com o objetivo de esclarecer dúvidas encaminhadas à Auditoria Interna por e-mail, documentos e até por telefone, no intuito de fortalecer a padronização dos procedimentos no âmbito da Instituição;
- A equipe da Auditoria realiza, por meio da internet, leitura do Diário Oficial da União, visando ter conhecimento das legislações pertinentes ao trabalho dos administradores e gestores da instituição;
- Assessoramento da Administração, com participação em reuniões.

Recursos Empregados:

No exercício de 2015, os trabalhos de auditoria foram realizados em sua maior parte por um servidor, visto que o setor sofreu uma redução no seu quadro. No início do exercício contava com um contingente de dois servidores e dois terceirizados, e ao longo do período ocorreu baixa dos dois terceirizados, sendo um deles repostado, e movimentação de um servidor. De modo que durante aproximadamente 75% do exercício, dispôs somente de um servidor e um terceirizado. A equipe em 2015 fora composta da seguinte maneira:

- Benedito Silva Guimarães Filho, chefe da Auditoria, formação Ciências Contábeis e Administração de Empresas;

- Thais Monteiro Andrade da Silva, Analista em C&T, formação Ciências Contábeis, nas funções do cargo até 29/05/2015;
- Gabriela Alves Gonçalves dos Santos, terceirizada na função de Secretária, nas funções do cargo até 30/01/2015;
- Maria Teresa Ciccarelli, terceirizada na função de Assistente, formação em Administração de Empresas, nas funções do cargo até 30/01/2015;
- Eliana Sales Mendonça, terceirizada na função de Secretária, graduanda em Secretariado Executivo, nas funções do cargo a partir 27/05/2015, e;
- Guilherme Masaaki Koreeda, Assistente em C&T, graduando em Economia, nas funções do cargo a partir de 09/11/2015 (obs: antes de o novo servidor assumir atividades, teremos que propiciar a ele capacitação e ambientação na prática de auditoria interna).

3.1.2 Implementação ou cumprimento de recomendações ou determinações dos órgãos centrais e setoriais do sistema de controle interno

Em atendimento às demandas externas, da Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União, foram acompanhadas as implementações das determinações no exercício de 2015.

A avaliação do cumprimento das Determinações/Recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União à Fundacentro ocorreu por meio do levantamento no site do TCU dos Acórdãos emitidos à Fundacentro no exercício de 2015 com determinação expressa do Tribunal à CGU para monitoramento. Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

Quanto ao cumprimento das recomendações da CGU-SP, este item teve como objetivo verificar a adequada e oportuna implementação das recomendações expedidas pela CGU-SP, nas ações de controle realizadas junto à Unidade através do acompanhamento do Plano de Providência Permanente (PPP). Recomendações revisadas pela CGU-SP e enviadas à Fundacentro por meio do Ofício de nº 29.414/2015/GAB/CGU-Regional/SP/CGU-PR datam de 23 de Dezembro de 2015.

As recomendações de números 73024, 130565, 130571, 130572, 130574, 130575, 130577 e 130580 tiveram o seu monitoramento finalizado, conforme informado por meio do Ofício nº 17.591/CGU-SP de 29/07/2015.

Constatamos que a Fundacentro, apesar das providências adotadas, não implementou as recomendações na sua totalidade. Dentre as recomendações não atendidas destacamos as seguintes:

- Recomendamos que a unidade implemente efetivamente os normativos existentes para a área de Gestão do Patrimônio Imobiliário, que estabelecem: as atribuições; as responsabilidades; os fluxogramas; os indicadores; etc., para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade.
- Recomendamos ao gestor abrir procedimentos administrativos para apurar responsabilidades em relação às falhas na condução do processo licitatório que se refletiram na contratação da empresa Alerta Security.
- Recomendamos à Unidade que faça gestão junto ao MTE no intuito de incluir na LOA as metas físicas de todas as quatro Ações Finalísticas da Fundacentro, para melhor representar a atuação desta.

Com base nos exames realizados, considerando os escopos que orientaram as ações, as equipes designadas para a execução dos trabalhos emitiram suas opiniões a partir das evidências encontradas em cada área, que geraram recomendações aos gestores objetivando fortalecer e aprimorar os sistemas de controle, também constantes do presente relatório de atividades. A seguir, apresenta-se o relato gerencial de cada área auditada.

3.1.3 Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade

No decorrer do exercício de 2015, com base nos exames realizados, considerando os escopos que orientaram as ações da Auditoria Interna para a execução dos trabalhos, emitimos nossa opinião a partir das evidências encontradas nas seguintes áreas: Controle da Gestão, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Patrimonial e nos processos de contratos de prestação de serviços das Unidades Descentralizadas e alguns do CTN, que geraram recomendações aos gestores.

Detectamos uma deficiência no acompanhamento da execução dos contratos, por parte de seus fiscais e gestores. Verificou-se que boa parte dos achados é passível de resolução imediata. Os demais achados foram registrados e apontados para melhorias nos próximos atos de gestão.

No tocante à apreciação dos sistemas de controles internos desenvolvidos pela Instituição, cabe ressaltar que se mostraram adequados, entretanto necessitam de aprimoramento.

Durante a execução das atividades de auditoria nas Unidades Descentralizadas, constatou-se que os referidos controles não estão sendo utilizados na sua plenitude, conforme pode ser observado na quantidade expressiva de recomendações expedidas pela Auditoria. No entanto, ressaltamos que as principais fragilidades diagnosticadas nos controles internos decorreram principalmente da insuficiência de servidores técnico-administrativos, de manuais e normas claras definindo as atribuições, competências, responsabilidades e responsabilização, também ainda monitoramento, certificando que todas as áreas ou Unidades Descentralizadas estão utilizando na sua plenitude e adequadamente todos os controles internos existentes (patrimônio, almoxarifados, utilização/manutenção da frota de veículos e de pagamento).

Detectamos falta de celeridade no atendimento das recomendações feitas pela Controladoria Geral de União (CGU-SP) e pela Auditoria Interna e a deficiência no planejamento das aquisições de bens e serviços e os respectivos processo de pagamentos.

Também detectamos deficiência na fiscalização e gerenciamento dos contratos, principalmente naqueles ligados a terceirizações, que é uma das nossas preocupações considerando ter grande impacto no orçamento geral da Fundacentro.

Em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada no período a que se refere o presente trabalho de auditoria, constatamos que as áreas operam de forma adequada, com ressalva. Destacamos ainda que não foram constatados atos e fatos que comprometeriam ou causariam prejuízo relevante.

3.1.4 Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna

Em 2015, os fatos abaixo listados tiveram impacto sobre a auditoria interna.

- Mudança física da Auditoria Interna por um período de 4 (quatro) meses sem o serviço de apoio (terceirizados);
- Previsão das atividades contemplava dois servidores no cargo de Analista, contudo a maior parte do exercício permaneceu apenas com 1 (um) servidor;
- Não atendimento ou demora no atendimento das solicitações da auditoria pelas áreas auditadas, além das áreas solicitarem o retorno dos processos para efetuarem pagamentos ou para outras providências;
- Falta de quantitativo suficiente de pessoal e de capacitação. A Auditoria Interna necessita de mais recursos humanos para melhor cumprir suas atribuições.

3.1.5 Desenvolvimento institucional e capacitação da auditoria interna

De acordo com o art. 4º, V, da IN/CGU/nº24/2015, a Auditoria Interna deve se capacitar a fim de atingir a excelência nos exames de auditoria. Durante o exercício, não foram efetivadas quaisquer ações de treinamento/capacitação da equipe que compôs a Auditoria Interna, na forma prevista no PAINT. Tendo em vista a diminuição do quantitativo de servidores no setor, bem como a demora na reposição do servidor remanejado, a Auditoria Interna encontrou dificuldades em atender todas as demandas planejadas.

3.1.6 Justificativa das ações do PAINT/2015 não realizadas no exercício

No exercício de 2015 ocorreram imprevistos que comprometeram o cumprimento integral do PAINT/2015. Entre tais eventos, elenca-se a realização de ações por solicitação da alta Administração, a redução da força de trabalho e, por fim, a mudança do espaço físico da Auditoria Interna, prejudicando a consecução da totalidade dos trabalhos previstos no PAINT/2015. Diante disso, foi necessário priorizar a realização de algumas ações do PAINT/2015 em detrimento de outras.

3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

A Fundacentro não estruturou internamente uma Corregedoria Seccional vinculada ao sistema de correição para realizar as atividades relacionadas. Parte das atribuições que caberiam a esta Corregedoria são desempenhadas, em caráter precário, pela Coordenação de Recursos Humanos, que realiza o acompanhamento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares desde sua instauração até o arquivamento e remessa dos processos à Corregedoria Setorial no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A decisão sobre os procedimentos a serem instaurados cabe à Presidência da Fundacentro, bem como a emissão dos respectivos Despachos de Julgamento.

Os registros das informações relativas a processos disciplinares da Fundacentro já são aderentes aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, buscando-se observar o prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam.

Em 2015 a Fundacentro instaurou ou prorrogou 9 processos administrativos disciplinares – PAD e 23 sindicâncias, totalizando 32 processos. Desses, 18 processos permanecem em andamento, 3 foram arquivados, 3 foram anulados, 5 foram submetidos a nova apuração e 3 foram finalizados. Dos que foram finalizados, um foi encaminhado para a Comissão de Ética da Fundacentro e em dois foi aplicada a pena de suspensão convertida em multa. Abaixo segue quadro contemplando detalhes dos processos.

Quadro 3.4 – Processos administrativos disciplinares e sindicâncias vigentes em curso em 2015

Data da Instauração	Nº Proc.	Tipo	Nº(s) da(s) Portaria(s)			Penalidade Aplicada	Portaria e data da aplicação da penalidade
			Instauração	Prorrogação	Recondução		
04/11/13	264001.000660-2009	Sindicância	326/13		199/14	Em andamento	
04/11/13	264001.000706-2013	PAD	309/13	060/14 304/14 60/15	243/14 353/14	Suspensão convertida em multa	02/10/2015
04/11/13	264001.000660-2009	Sindicância	326/13		199/14	Em andamento	
20/12/13	264001.000207-2014	PAD	382/13	171/14	233/14 298/14	Arquivado	
06/01/14	264001.000185-2014	Sindicância	370/13 303/15	364/15		Em andamento	
05/02/14	264001.000053-2014	Sindicância	032/14	070/14		Encaminhado para Comissão de Ética	
24/06/14	264001.000396-2014	Sindicância	200/14	249/14 300/14	269/14 330/14	Determinada instauração de nova comissão	
05/08/2014	264013.000081-2014	PAD	230/14	306/14 80/15 200/15 360/15	013/15 133/15 284/15	Anulado por decisão administrativa	
05/08/14	264001.000452-2014	Sindicância	231/14	267/14	301/14	Em andamento	
15/08/14	264001.000525-2014	PAD	244/14	305/14 014/15 132/15	354/14 75/15	Suspensão convertida em multa (prescrita)	16/02/2016
03/10/14	264001.000663-2010	Sindicância	285/14	324/14	346/14	Determinada instauração de nova Comissão	
03/10/14	264001.000593-2014	PAD	283/14	347/14 79/15 195/15	024/15 131/15	Arquivado	
04/12/14	264001.000663-2014	Sindicância	332/14	001/15		Submetido a outro processo	
05/01/15	264001.000463-2014	Sindicância	360/14	009/15		Declarada nula em 02/12/2015	
05/01/15	264001.000767-2014	PAD	361/14	32/15 136/15 308/15	82/15 215/15 33/16	Em andamento	
05/01/15	264001.000669-2013	PAD	370/14	026/15 270/15	349/15 191/15 32/16	Em andamento	
05/01/15	264001.000750-2014	PAD	371/14	025/15 129/15 277/15 52/16	81/15 194/15 362/15	Em andamento	
10/04/15	264001.000244-2015	Sindicância	42/15	94/15		Determinada instauração de nova Comissão	

Data da Instauração	Nº Proc.	Tipo	Nº(s) da(s) Portaria(s)			Penalidade Aplicada	Portaria e data da aplicação da penalidade
			Instauração	Prorrogação	Recondução		
05/05/15	264001.000239-2015	Sindicância	74/15	205/15 213/15 350/15	121/15 148/15 247/15 53/16	Em andamento	
05/05/15	264001.000280-2015	Sindicância	76/15	104/15 192/15 269/15 363/15 54/16	144/15 229/15 300/15 16/16	Em andamento	
04/05/15	264001.000248-2015	Sindicância	77/15	101/15	134/15	Solicitado abertura de novo processo	
01/06/15	264001.000295-2015	Sindicância	88/15	137/15 208/15	150/15 243/15	Em andamento	
01/06/15	264001.000294-2015	Sindicância	89/15	138/15 209/15	151/15 242/15	Em andamento	
01/06/15	264001.000298-2015	Sindicância	90/15	139/15 210/15 351/15	152/15 244/15 59/16	Em andamento	
01/06/15	264001.000297-2015	Sindicância	91/15	140/15 211/15 352/15	153/15 245/15 60/16	Em andamento	
01/06/15	264001.000296-2015	Sindicância	92/15	141/15 212/15 353/15	154/15 246/15 61/16	Em andamento	
02/07/15	264011.000022-2012	PAD	111/15	193/15		Arquivado	
07/08/15	264001.000366-2015	Sindicância	163/15			Anulado em 01/10/15	
02/07/15	264001.000627-2011	Sindicância	164/15	230/15 313/15 7/16	283/15	Em andamento	
14/10/15	264001.000555-2015	Sindicância	248/15			Em andamento	
14/10/15	264001.000421-2015	Sindicância	251/15	301/15	361/15	Em andamento	
16/10/15	264001/000366-2015	Sindicância	271/15			Em andamento	

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

Quadro 3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

Com a finalidade de gerir adequadamente os riscos, a Fundacentro estabelece responsabilidades, está em conformidade com os princípios da Administração Pública, e tem procedimentos e processos visando à mitigação dos riscos operacionais.

O aprimoramento dos controles internos se dá pelas atividades de verificação de conformidades, realizadas pela Auditoria Interna, bem como as auditorias externas, do TCU e CGU, além disso, o controle da legalidade é realizado constantemente pela Procuradoria Jurídica.

O código de ética possui fácil acesso na intranet e é difundido tanto para os novos servidores quanto para os terceirizados, sendo que a Comissão responsável realiza regularmente novas capacitações.

A comunicação interna é atribuída à Assessoria de Comunicação Social, que divulga constantemente as Portarias publicadas, Despachos de Julgamentos, assim como atualiza servidores e aposentados quanto aos acontecimentos relacionados à Fundacentro e à Segurança e Saúde no Trabalho em um âmbito geral.

O Serviço de Modernização Administrativa (SMA) vem implementando gradativamente a padronização dos procedimentos. Quando novos procedimentos são elaborados, ficam disponibilizados na intranet e são divulgados às áreas interessadas.

Há necessidade de redefinição dos processos administrativos, incorporando a quantificação do risco e estratégias de monitoramento para contribuir na tomada de decisão e resguardar o recurso público. Grande parte destas pendências é decorrente do reduzido quadro de recursos humanos da instituição, problema esse reduzido parcialmente com a nomeação de 22 assistentes em Ciência e Tecnologia aprovados no Concurso 01/2014, já empossados e lotados na Sede da Fundacentro em São Paulo. Desta forma, no decorrer do ano de 2016 serão criados grupos de trabalho para atendimento das demandas com relação à Gestão de Risco e dos Controles Internos.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso do Cidadão

A Fundacentro possui dois serviços para acesso do cidadão à Fundacentro para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc, e que contemplam informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas:

1. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é o órgão responsável por receber e responder os pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação.

Os pedidos são através dos seguintes canais: a) eletronicamente, por meio do sistema e-SIC diretamente ou através do link para o sistema disponível no portal da Fundacentro; b) por meio de correspondência física, para o endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002; c) presencialmente, no endereço: Fundacentro – SIC/Biblioteca – Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002.

O Relatório Estatístico de Atendimentos deste serviço é de responsabilidade da CGU, portanto, como preconiza a Lei, não é obrigatório que os órgãos e entidades que utilizem o e-SIC publiquem ou repliquem tais informações em seus sites.

No link Acesso à Informação do portal da Fundacentro (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) são fornecidas informações gerenciais como agendas da presidência e diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a LAI e sobre a Lei de conflito de interesses, sobre o SIC, as informações classificadas, serviços prestados.

Abaixo são apresentadas a quantidade total e a média mensal de pedidos do SIC em 2015. Ressalte-se que houve neste período apenas 1 (um) recurso ao chefe hierárquico, respondido dentro do prazo legal.

a) Quantidade de pedidos de acesso à informação no ano de 2015: 33.

b) Média mensal de pedidos: 2,75.

2. Fale Conosco

O atendimento do serviço é feito através de um formulário online disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/servicos/fale-conosco>, onde o cidadão-usuário pode selecionar a área de interesse com a qual deseja se comunicar e enviar sua sugestão, solicitação, denúncia e reclamação. Este serviço esta sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social.

Não temos estatísticas publicadas do serviço no ano de 2015 ou mecanismos institucionalizados para este fim. Está em estudo a metodologia para elaborar e publicar estatísticas dos nossos serviços, incluindo os mecanismos de aferição, os padrões, os indicadores, os canais de divulgação e a coleta de dados da satisfação dos cidadãos-usuários.

A Carta de Serviços da Fundacentro ao Cidadão foi elaborada em atenção ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 como um instrumento que visa oferecer aos cidadãos conhecimentos acerca dos serviços prestados pela Instituição, suas formas de acesso, assim como seus compromissos com o atendimento e seus respectivos padrões de qualidade. Estão relacionados neste instrumento os seguintes serviços prestados diretamente ao cidadão: Biblioteca, Cursos e Eventos, Pós-graduação, Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor (Sicaf), Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Fale Conosco.

A carta em formato eletrônico está disponível para consulta no Portal da Fundacentro no link: http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/acesso-a-informacao/carta_de_servicos_ao_cidadao.pdf.

Está em análise uma Portaria Interna que institucionaliza a Carta de Serviços ao Cidadão e aponta os responsáveis pela revisão periódica, diretrizes para pesquisa de qualidade e sua divulgação. Encontra-se ainda em elaboração a versão impressa que ficará disponível nas recepções do Centro Técnico Nacional – CTN e das Unidades Descentralizadas, além dos postos de prestação de serviço.

4.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A Fundacentro ainda não possui mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação da UPC e não realiza a análise dos resultados identificados ou pesquisas de opinião. Conforme apontado nos dois tópicos anteriores, estes mecanismos encontram-se atualmente em estudo e elaboração, com previsão de finalização ainda em 2017.

Conforme informado nos tópicos 4.1 e 4.2, acima, os mecanismos para a pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços da Fundacentro, notadamente em relação ao cumprimento de compromissos e dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão, ainda estão em estudo e tem sua implantação prevista para o ano de 2017.

4.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

O acesso às informações da **Fundacentro** está disponibilizado, conforme abaixo:

No link Acesso à Informação do portal da Fundacentro (<http://www.fundacentro.gov.br/acessoainformacao/inicio>) são fornecidas informações como agendas da presidente e do diretor executivo, ações e programas, relatórios de auditoria e de gestão, convênios, despesas, licitações e contratos, informações sobre a Lei de Acesso à Informação e sobre a Lei de Conflito de Interesses, informações classificadas e serviços prestados pela Fundacentro. Neste link também é possível ao cidadão acessar o Serviço de Informações ao Cidadão.

4.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Fundacentro atende alguns dos requisitos estabelecidos pelas normas relativas à acessibilidade em seu Centro Técnico Nacional, contando com rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados a deficientes físicos. As Unidades Descentralizadas ainda não atendem a esta legislação, mas a Fundacentro tem buscado recursos e meios para iniciar a correção desta situação em breve.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho Financeiro no Exercício

Não se aplica. Pois nossos ingressos e dispêndios já são definidos na LOA, não utilizamos as entradas de receitas para determinar as liquidações das nossas despesas.

5.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A Fundacentro aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é aquela proposta na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, especificamente a tabela constante de seu item 27. A metodologia aplicada para cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a mesma utilizada para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional, sendo ela a de quotas constantes, como determina o item 47 da macrofunção já mencionada. As taxas utilizadas para estes cálculos são aquelas constantes do item 27, também já anteriormente citado.

5.2.1 Conformidade Contábil

Para verificar as conformidades foram efetuadas análises dos registros contábeis apresentados nas contas do balancete do Órgão e suas Unidades Executoras, bem como consulta das equações do comando (CONDESAUD) do Sistema SIAFIWEB. Essas análises são feitas pelo contabilista responsável, senhor Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo. As Unidades Executoras que compõe o Órgão são: 264001, 264002, 264003, 264004, 264005, 264006, 264007, 264008, 264009, 264010, 264011, 264012, 264013 e 264014.

No exercício em apuração foram registradas as seguintes restrições:

- a) 302 – Falta/atraso na entrega do Relatório Mensal de Almoxarifado – 133 registros;
- b) 315 – Falta de registro de conformidade de gestão – 62 registros;
- c) 318 – Não atendimento/orientação do Órgão de Contabilidade Setorial/Central – 1 registro;
- d) 319 – Falta Registro de Gestão/Conformidade de Registro de Gestão – 1 registro;
- e) 606 – Saldos Alongado/Indev. Contas transitórias do Ativo Circulante – 1 registro
- f) 642 – Falta/Evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado – 140 registros;
- g) 657 – Convênios em situação a aprovar com vigência expirada – 24 registros;
- h) 701 – Outras despesas – 4 registros;
- i) 737 – Utilização inadequada de eventos/situação CPR – 1 registro;
- j) 754 – Saldos Alongados/indevidos das demonstrações financeiras – 17 registros; e
- f) 676 – Saldo invertido do passivo Circulante – 1 Registro.

A conformidade de 302 é devida ao registro de estoques pela unidade sem os devidos controles patrimoniais, nosso planejamento é que neste exercício seja possível a regularização e um controle mais eficaz das movimentações do estoque.

A conformidade 342 é devida a uma inconsistência do sistema interno, em que onde em março de 2015 foram identificadas diferenças em algumas contas correntes impossibilitando os lançamentos das depreciações. A regularização não aconteceu no exercício em análise devido a falta de mão-de-

obra, esperamos que com a reposição seja possível localizar a inconsistência e regularizar a pendência.

5.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Não há sistemática para apuração de custos no Âmbito da Unidade, pois está a cargo da Secretária do Tesouro Nacional através do Sistema de Informações de Custos – SIC.

5.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis constam dos Anexos deste relatório.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 6.1.1.A – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	513	291	32	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	513	291	32	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	513	286	30	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	15	8	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	513	306	40	31

Fonte: SIAPE, Relatório da Folha de Pagamento (Dez/2015)

Quadro 6.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	147	144
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	147	144
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	143	143
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	15	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	162	144

Fonte: SIAPE

Quadro 6.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	72	65	15	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	72	65	15	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		48	4	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		14	8	9
1.2.5. Aposentados		1	1	0
2. Funções Gratificadas	50	41	3	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		41	3	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	122	106	18	18

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Análise Crítica

Atualmente a Fundacentro dispõe de quadro de servidores insuficiente para desempenho das funções. O quantitativo total de vagas é de 513, mas ao final de 2015 estavam em exercício na instituição 286 servidores efetivos da carreira vinculada e 15 servidores sem vínculo em cargos em comissão. Não há atualmente terceirizados irregulares trabalhando na Fundacentro, sendo que o concurso de 2014 foi feito justamente para resolver este problema; com as nomeações de 30 servidores do cargo de assistente em ciência e tecnologia tal problema foi sanado.

A Fundação contou com apenas três concursos em sua história, 2004, 2010 e 2014, que apenas manteve o número de efetivos por volta de 60% da lotação total prevista. Em 2016, 29 servidores efetivos poderão aposentar-se, sendo 11 tecnologistas, 8 assistentes em ciência e tecnologia, 3 técnicos, 2 pesquisadores e 2 analistas em ciência e tecnologia. Estas possíveis aposentadorias prejudicarão ainda mais a realização dos trabalhos da instituição.

Considerando o baixo número de servidores efetivos, o quantitativo de servidores em condições de aposentadoria e a baixa perspectiva de reposição, tem-se um cenário de extremo comprometimento do atendimento às demandas institucionais. A força de trabalho insuficiente impacta diretamente a realização das ações diretamente relacionadas ao atendimento da missão da instituição; mas as consequências do pequeno número de servidores tem sido vivenciadas de forma mais intensa pelos servidores que compõem a área administrativa, pois os controles e regulamentações relativos à gestão sofrem acréscimos e aperfeiçoamentos crescentes a cada ano.

O número insuficiente de servidores tem sido negativo para a execução de todas as rotinas administrativas da instituição, incluindo: a designação de membros para comissões e grupos de trabalho; procedimentos e controles administrativos/governamentais; e a gestão e o apoio administrativo relacionados a todas as atividades da Fundacentro.

A Coordenação de Recursos Humanos identificou diferentes processos administrativos que estão sendo prejudicados por esta crônica carência de servidores, relacionados a seguir:

- operacionalização dos sistemas estruturantes do Governo Federal, a exemplo de SIAPE, SIGEPE, SISAC, SIASG, SICONV, SCDP, SICAF, entre outros;
- gestão de contratos e revisão do processo de contratação;
- implantação do Sistema de Protocolo Integrado exigido pelas Portarias Interministeriais nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014 e nº 851, de 03 de julho de 2015;
- implantação do Assentamento Funcional Digital, exigido pela Portaria Normativa MP nº 3, de 18 de novembro de 2011;
- manutenção de rotinas administrativas relacionadas a manutenção e obras, suprimentos e contabilidade;
- revisão dos procedimentos de compras e aquisições e de utilização do suprimento de fundos;
- implantação incompleta do Serviço de Informações ao Cidadão e do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses;
- implantação do sistema de correição e operacionalização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD; e
- implantação do disposto na legislação relativa à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

A insuficiência de servidores na área administrativa também contribui para as falhas apontadas pela Controladoria-Geral da União, no Relatório de Auditoria nº 201405872, nos seguintes processos administrativos:

- gestão do patrimônio imobiliário;
- licitações sustentáveis, pois a Fundacentro não adota critérios de sustentabilidade em suas aquisições e não tem rotinas estabelecidas para tal;
- formalização e implantação da Política de Segurança da Informação (POSIC) na Fundacentro, indicando que a questão de segurança da informação é inexistente ou incipiente na instituição;
- diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, podendo comprometer toda a área de TI e influenciar negativamente o desempenho da Fundacentro na sua missão institucional;
- construção de indicadores gerenciais para monitorar e avaliar a gestão administrativa;
- planejamento anual para o dimensionamento da força de trabalho da Fundacentro;
- gestão de riscos que permitam detectar a probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;
- normatização interna e atualização dos processos administrativos, tendo sido observado que os processos administrativos encontram-se desatualizados e que, em alguns casos, não há normativos que estabeleçam atribuições, responsabilidades, fluxogramas, mapas do processo ou indicadores, restando assim prejudicada a gestão;
- estrutura e controles internos para o acompanhamento e atendimento das recomendações da CGU e do TCU; e
- instituição de controles administrativos visando minimizar as fragilidades quanto: ao ambiente de controle; à avaliação de risco; ao procedimento de controle; à informação e comunicação; e a pessoas. A força de trabalho insuficiente impacta diretamente a realização das ações diretamente relacionadas ao atendimento da missão da instituição. Além disso, também prejudica a execução de todas as rotinas da instituição, incluindo: a designação de membros para comissões e grupos de

trabalho; procedimentos e controles administrativos; e a gestão de todas as atividades da Fundacentro.

Desta forma, conclui-se que a distribuição de servidores entre a área meio e a área fim não é adequada para o atendimento da missão e dos objetivos atuais da Fundacentro, sendo que há uma carência relativa muito superior de servidores efetivos na área meio. A distribuição de cargos comissionados em relação aos efetivos também não é apropriada, pois enquanto se constata excesso de cargos em comissão em determinados órgãos e setores da Fundacentro, observa-se que não há cargos em comissão para o desempenho das funções de ouvidoria, corregedoria, gestão de contratos e gestão do PDTI, o que tem prejudicado sobremaneira a estruturação destas áreas e a realização das atividades a elas afeitas.

A Fundacentro tem registrado quantidade expressiva de afastamentos para tratamento da própria saúde ou de membros da família, o que tem impactado negativamente para o cumprimento da missão e das finalidades da instituição. Certamente contribui para esse quadro o fato de que a idade média dos servidores efetivos corresponde a pouco mais de 50 anos, o que também aponta para o fato de que não tem havido a renovação necessária no quadro, ainda mais em se tratando de entidade que atua na área de ciência e tecnologia, para a qual a atualização e o aperfeiçoamento constantes são vitais.

Por outro lado, os afastamentos para participação em cursos de pós-graduação vem amenizando um pouco esta situação, pois os servidores não apenas adquirem novas competências e maior segurança para a realização de pesquisas e estudos em segurança e saúde no trabalho, finalidade da Fundacentro, mas também as próprias pesquisas e estudos realizados durante estes cursos tem sido convertidos em produtos da Fundacentro, contribuindo assim para o alcance da meta relativa à área fim descrita no item sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Os problemas aqui identificados possuem sua origem principalmente na forma inadequada de gestão da Fundacentro, principalmente no período de 2008 a 2012, em que havia diferentes problemas envolvendo tanto a interlocução interna quanto a com o Ministério do Trabalho e Emprego. Isto impactou negativamente a solicitação de concursos e a definição de estrutura de pessoal eficiente e alinhada com os propósitos da instituição. Em 2013 estes problemas foram suavizados, mas não completamente solucionados, especialmente em relação à compreensão do valor da Fundacentro pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Diante do exposto, ainda em 2015 foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para nomeação de mais 15 assistentes em ciência e tecnologia, correspondendo a 50% do número de vagas do concurso realizado em 2014, e para realização de concurso para o preenchimento de 190 vagas desocupadas das carreiras de ciência e tecnologia já disponíveis para a Fundacentro. Os dois pedidos foram negados. Em 2016, foi reiterada a primeira solicitação e brevemente deverá ser encaminhado novo pedido quanto às demais vagas.

A Fundacentro depende da nomeação destes novos servidores e da autorização de novos concursos para manter-se em funcionamento; caso contrário, em poucos anos a instituição estará completamente sucateada e paralisada, deixando assim de atender definitivamente a sua missão junto à sociedade brasileira.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 6.1.2 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	17.697.434,12	0	21.060.194,81	1.272.630,02	1.967.690,84	193.054,27	218.881,74	83.818,54	93.907,92	42.587.612,26
	2014	16.977.826,56	0	19.930.575,21	1.236.856,60	2.289.089,59	191.699,04	176.012,12	74.832,54	48.479,16	40.925.370,82
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	0	1.140.711,39	48.499,85	101.460,10	178,00	6.444,98	6.341,00	0	1.303.635,32
	2014	0	0	2.142.117,38	0	55.589,92	0	0	0	0	2.197.707,30
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	0	0	5.626,54	0	746,00	0	2.344,38	0	0	8.716,92
	2014	35.699,54	0	0	0	0	0	0	0	0	35.699,54
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fonte: SIAPE/Relatórios da Folha de pagamento/SIAFI											

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quadro de servidores da Fundacentro pertence à Carreira de Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Assim, é de extrema importância que haja um processo de transferência de conhecimentos entre os servidores mais experientes e os recém-chegados. Neste contexto percebemos um colapso estrutural, já que a quantidade de egressos supera em muito a de ingressos, especialmente em decorrência das aposentadorias, sem que exista a possibilidade de aprendizado.

Este problema vem sendo enfrentado parcialmente com a participação dos servidores, inclusive dos ocupantes de cargos da área meio, em cursos de pós-graduação afins com a área de segurança e saúde no trabalho. Em 2015 oito servidores obtiveram os títulos de mestre ou de doutor. Além disso, estas participações tem ocorrido majoritariamente sem o afastamento do servidor de suas atividades de trabalho por período significativo, apenas por 3 a 6 meses para que elaborem a dissertação ou a defesa. Importante ressaltar que alguns dos servidores tem feito estas capacitações na própria Fundacentro, tendo sido aprovados como alunos do curso de pós-graduação “Saúde, Trabalho e Ambiente”.

Entretanto, o risco mais sério ao funcionamento adequado da Fundacentro é a crônica falta de servidores. A este respeito, conforme anteriormente relatado, tem sido feitos pedidos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a autorização para novos concursos e para a nomeação de servidores adicionais em concurso já realizado. Também tem se buscado fortalecer o diálogo com o Ministério do Trabalho e Previdência Social de modo a se dar o melhor encaminhamento a esta questão.

Como apontado anteriormente, os afastamentos por motivos de saúde do próprio servidor ou de familiares também podem ser considerados como um risco ao atingimento dos objetivos propostos para a instituição. Tendo em vista uma melhor compreensão do problema e a proposição de medidas para diminuí-lo foi constituída a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público – CISSP, que tem como um de seus objetivos propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho. Em 2015, já foram observados alguns resultados do trabalho desta Comissão em relação à reintegração de servidores revertidos e também ao encurtamento de afastamento por saúde em um caso.

6.1.4 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

6.1.4.1 Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 6.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Ano do Contrato	Objeto	Tipo	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	V	O	007 – Albatroz Segurança e Vigilância Ltda.	66.700.295/0001-17	30/04/14	29/04/16	-	-	-	20	-	-	P
2010	M	O	018 – Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda.	60.902.939/0001-73	05/10/10	04/10/14	-	1	-	7	-	-	E
2011	E	O	002 – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE	61.600.839/0001-55	02/03/11	31/05/16	-	-	16	-	43	-	P
2016	R	O	008 – Digital Jundiaí Ltda. – ME	04.839.879/0001-10	28/03/16	27/03/17	-	-	-	01	-	-	A
2015	A, C	O	004 – Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	00.482.840/0001-38	05/05/15	04/05/16	-	77	-	94	-	6	A
2015	L	O	007 – Vip Sul Construções e Serviços Ltda.	13.682.207/0001-35	01/06/15	31/05/16	24	-	-	-	-	-	A

Observações: Contrato nº 007 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede), Parque Gráfico e Escritório Regional de Campinas; Contrato nº 018 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e Parque Gráfico; Contrato nº 002 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas; Contrato nº 008 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede); Contrato nº 004 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas; Contrato nº 007 ref. ao Centro Técnico Nacional (Sede) e demais Unidades Descentralizadas.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva; (I) Informática; (C) Copeiragem; (R) Reprografia; (M) Manutenção de bens imóveis; (A) Apoio Administrativo e Menores Aprendizizes; (E) Estagiários

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

A respeito do contrato de manutenção 018, com a empresa Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda., cabem algumas observações, detalhadas abaixo.

A administração anterior, nas figuras da Procuradoria Federal junto à Fundacentro e a Presidência, priorizaram a terceirização, sugerindo salários e condições para contratação, e a esse respeito, há pareceres jurídicos que embasaram a legalidade da licitação, e posterior contratação nos moldes dos editais de licitação.

Especialmente em relação a este contrato, durante a prestação dos serviços, no Primeiro, Segundo e Terceiro Termo Aditivo, há pareceres da Procuradoria, à época, onde as repactuações pretendidas e analisadas pela Coordenação de Administração da Fundacentro, em total conformidade com a licitação vencedora e posterior contratação realizada, encontraram respaldo legal quanto à sua regularidade formal.

No íterim da proposição ao quarto Termo Aditivo, nosso cenário administrativo sofreu mudanças, com a posse da administração atual, bem como Procuradoria que já saiu também da instituição.

Os atos do Administrador, assim, antes seguro da legalidade dos seus atos, sob a metodologia da antiga administração, encontraram-se sob a lupa da análise e julgamento da nova Procuradoria, à época, que questionou os argumentos para tais procedimentos anteriormente tidos como normais. Devido a isso, o processo sofreu um vai e vem extenuante na tentativa de saneamento.

O Administrador à época foi questionado sobre inúmeros aspectos do contrato, inclusive questionado em pareceres assinados por Procuradora, que no cenário anterior considerou que estava tudo absolutamente regular nos procedimentos administrativos.

Assim, foram listados todos os questionamentos levantados por parte da Auditoria Interna, da Procuradoria Federal junto à Fundacentro e da Assessoria da Presidência, em forma de planilha, onde, item a item, foram elencados os apontamentos com sugestões de providências, para que a Administração, à época, saneasse o processo.

Com a dificuldade de saneamento em prazo exíguo, uma vez que os trâmites para prorrogação se iniciaram em 22 de agosto de 2014, bem como a falta de recursos humanos à época nas áreas responsáveis, a Administração não conseguiu sanear a tempo, e o contrato com a empresa Brasanitas – Empresa Brasileira de Saneamento Ltda., teve seu prazo de vigência expirado em 04 de outubro de 2014, não podendo ser prorrogado devido ao todo exposto, conforme o último Termo Aditivo de nº 04/2014. Está sendo pago por reconhecimentos de dívida.

No transcorrer do exercício de 2015, mesmo com todas as dificuldades de recursos humanos especializados, principalmente, foram realizados 02 (dois) certames licitatórios sendo:

a) Pregão Eletrônico nº 15/2015: devido a interposição de recursos questionando a descrição do termo de referência e com base nas exposições decisão do Sr. Pregoeiro o certame foi anulado pela autoridade competente; e

b) Pregão Eletrônico nº 36/2015: não prosperou em razão dos diversos recursos interpostos pela licitantes participantes e acatados pelo pregoeiro durante sua realização sendo o mesmo cancelado na adjudicação.

Considerando os diversos questionamentos formulados pelas licitantes quando da realização dos Pregões, o serviço de manutenção e obras buscando clareza nas informações contidas no Termo de Referência e com o apoio dos novos servidores que chegaram na instituição, decidiu por adequar os itens de modo a evitar novos atrasos.

Atualmente estão correndo dois procedimentos de licitação: emergencial – através do processo 765/2015 – Protocolo 7119/2015, e normal através do processo 754/2015 – Protocolo 7092/2015. Dessa forma, espera-se que este problema venha a ser corrigido em breve. Além disso, a situação já está sendo apurada pela comissão de sindicância investigativa instaurada pela Portaria 88/2015.

6.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro 6.1.4.2 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	69	65	66	73	169.071,55
1.1 Área Fim	50	46	46	53	119.775,93
1.2 Área Meio	19	19	20	20	49.295,62
2. Nível Médio	16	9	7	10	15.624,66
2.1 Área Fim	10	4	3	4	7.770,98
2.2 Área Meio	6	5	4	6	7.853,68
3. Total (1+2)	85	74	73	83	184.696,21

A Fundacentro não possui regulamentação interna que discipline a contratação de estagiários, utilizando para este fim a Lei nº 11.788/2008 e a Orientação Normativa 04/2014. Conforme esta legislação, há convênio firmado com Agente de Integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola para contratação de estudantes de nível médio e superior a nível nacional.

O Agente de Integração coloca em divulgação as vagas de estágio disponibilizadas pela Fundacentro e realiza a triagem de estudantes interessados na vaga ofertada. O estudante é convocado para participar do processo de seleção, realizado em cada Unidade da Federação onde a vaga está aberta/alocada. A especialização do estudante é definida a partir do estabelecido na Orientação Normativa 04/2014, que também limita o quantitativo de estagiários de acordo com o número de servidores lotados em cada setor.

Geralmente o processo de seleção é composto de duas fases: na primeira o estudante preenche uma ficha cadastral e realiza uma redação. Na segunda fase o estudante é entrevistado pelo supervisor da vaga.

O estudante contratado terá o contrato de estágio emitido pelo CIEE, no qual deverá constar a assinatura do estudante, da instituição de ensino e da Fundacentro, e suas cláusulas dispõem sobre o valor de bolsa-auxílio, auxílio-transporte, horário de estágio, supervisor, seguro de acidente pessoal, plano de atividades, entre outras questões.

O contrato será emitido somente se o estudante comparecer ao CIEE munido dos documentos pessoais e comprovante de matrícula, o que assegura que o candidato é aluno regularmente matriculado na Instituição de Ensino.

No início do estágio, o estagiário é orientado sobre as questões pertinentes ao programa de estágio e a seus direitos e obrigações legais como estagiário.

Considerando assim as políticas adotadas na contratação de estagiários, observamos que a maior parte desta contratação está na área fim da Instituição, cujo objetivo é a produção e a difusão de conhecimento na área de SST. O objetivo institucional convida, em si mesmo, à participação de estagiários na produção de conhecimentos voltados para área acadêmica e de pesquisa, assim como, para a área de gestão na administração pública federal.

As atividades do estágio são alinhadas aos objetivos das áreas técnica e administrativa, resultando em conhecimento e aprendizado ao estagiário, além de contribuir para sua formação acadêmica.

6.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Fundacentro possui frota de veículos automotores próprios, conduzidos por motoristas contratados, através da empresa prestadora de serviços de apoio e mão de obra especializada, utilizados para realização de trabalhos administrativos e, principalmente, técnicos, relacionados à produção e difusão de conhecimentos sobre Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente.

Quadro 6.2.1.A – Gestão da Frota de Veículos Próprios – CTN/SP e Unidades Descentralizadas

Legislação	Lei nº 1081, de 13/04/1950
	Lei nº 9.327, de 09/12/1996
	Decreto nº 6.403, de 17/03/2008
	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15/05/2008
	Norma Interna 6.03.001, de 21/06/2006
Estrutura de controles	Sistema de controle de requisição de uso de veículos
	Formulário do sistema para controle de local destino, saída/entrada, hora e quilometragem
	Sistema de controle de abastecimento de combustível, manutenção e troca de óleo.

Fonte: SAA – Serviço de Atividades Auxiliares/CTN/SP

Quadro 6.2.1.B – Classificação, Utilização e Caracterização dos Veículos Oficiais – CTN/SP e Unidades Descentralizadas

Grupo	Utilização	Quantitativo	Média anual de KM	Idade média da frota
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	01	7.122	13
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal e de diversos materiais, a serviço	58	193.518	13

Quadro 6.2.1.C – Custo anual com a frota de veículos de propriedade da Fundacentro – CTN/SP e Unidades Descentralizadas – Exercício 2015

Combustível, Manutenção e Troca de Óleo (Contrato com empresas prestadoras de serviço)	R\$ 111.189,48
Seguro Automotivo (Contrato com empresa prestadora de serviço)	R\$ 17.499,99
TOTAL:	R\$ 128.689,47

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Fundacentro segue as orientações da Instrução Normativa Nº 205 de 08 de abril de 1988 e Decreto 99.658.

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Quadro 6.2.3.A – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	SÃO PAULO	2	2
	São Paulo	1	1
	Campinas	1	1
	Mato Grosso do Sul	1	1
	Campo Grande	1	1
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
	Minas Gerais	2	2
	Belo Horizonte	2	2
	Distrito Federal	2	2
	Brasília	2	2
	Pernambuco	1	1
	Recife	1	1
	Bahia	1	1
	Salvador	1	1
	Santa Catarina	1	1
	Florianópolis	1	1
	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Pará	1	1
	Belém	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SPIUNET

Nota 1: Rio de Janeiro/RJ (CERJ) – sem documento de cessão formalizado, a Unidade está localizada no imóvel do SRTE/RJ.

Nota 2: Brasília/DF (CRDF) – 01 imóvel do CRDF está dividido em 19 unidades (salas) do condomínio comercial Bulevard.

Quadro 6.2.3.B – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
264001	7107.00475.500-8	uso em serviço público	Muito bom	25.444.642,47	01/01/2015	0,00	25.278,18	69.619,69
264002	9051.00246.500-4	cessão-adm. Federal indireta	Bom	412.361,77	01/01/2015	0,00	0,00	8.350,11
264003	6291.00071.500-9	uso em serviço público	Bom	359.652,50	01/01/2015	0,00	0,00	34.108,10
264005	4123.00192.500-5	uso em serviço público	Ruim/Desocupado	276.261,45	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
264005	4123.00303.500-7	uso em serviço público	Bom	2.681.146,54	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
264006	9701.17244500-2	uso em serviço público	Regular/Desocupado	7.520.052,01	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.17145.500-4 (sala 511)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	93.539,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.17708.500-4 (sala 502)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	120.512,57	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21452.500-9 (sala 512)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	93.722,89	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21483.500-8 (sala 503)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	105.766,15	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21484.500-3 (sala 513)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	91.654,32	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21485.500-9 (sala 510)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	233.304,24	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21486.500-4 (sala 509)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21487.500-0 (sala 508)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21489.500-0 (sala 506)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	93.137,51	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
264006	9701.21488.500-5 (sala 507)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
264006	9701.21490.500-6 (sala 505)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	117.137,34	0,00	0,00
264006	9701.21491.500-1 (sala 504)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	97.863,45	0,00	0,00
264006	9701.21492.500-7 (sala 514)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	101.602,94	0,00	0,00
264006	9701.21493.500-2 (sala 515)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21494.500-8 (sala 516)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21495.500-3 (sala 517)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	83.435,52	0,00	0,00
264006	9701.21496.500-9 (sala 518)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21497.500-4 (sala 519)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264006	9701.21498.500-0 (sala 520)	cessão-adm. Federal indireta	Bom	0,00	27/08/2014	90.364,66	0,00	0,00
264007	2531.00503.500-0	entrega – adm federal direta	Bom	2.970.181,82	01/01/2015	790.001,78	0,00	963,00
264008	3849.00525.500-7	uso em serviço público	Bom	4.009.853,92	01/01/2015	2.465.521,56	0,00	3.713,46
264011	8105.00193.500-4	entrega – adm federal direta	Bom	500.000,00	01/01/2015	2.859.885,69	0,00	5.154,00
264013	8801.00427.500-7	em regularização – outros	Bom	7.490.909,09	01/01/2015	1.709.169,62	0,00	3.175,00
264014	0427.00685.500-5	uso em serviço público	Bom	4.625.454,55	01/01/2015	201.620,95	0,00	0,00
Total							25.278,18	125.343,36
Fonte: SPIUNET E SIAFI								

Nota: Valores contabilizados em manutenção de imóveis (333903024 e 333903916) no SIAFI totalizando o valor de R\$ 125.343,36 e a reforma no valor de R\$ 25.278,18, foi com projeto de reforma da futura instalação do imóvel no município de Santos – SP.

Quadro 6.2.3.C – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UPC

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	264001	7107.00475.500-8	muito bom	25.444.642,47	01/01/2015	0,00	25.278,18	69.619,69
Ocupado	264002	9051.00246.500-4	regular	412.361,77	01/01/2015	0,00	0,00	8.350,11
Ocupado	264003	6291.00071.500-9	bom	359.652,50	01/01/2015	0,00	0,00	34.108,10
Ocupado	264005	4123.00303.500-7	bom	2.681.146,54	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.17145.500-4 (sala 511)	bom	93.539,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.17708.500-4 (sala 502)	regular	120.512,57	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21452.500-9 (sala 512)	bom	93.722,89	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21483.500-8 (sala 503)	bom	105.766,15	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21484.500-3 (sala 513)	bom	91.654,32	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21485.500-9 (sala 510)	bom	233.304,24	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21486.500-4 (sala 509)	bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21487.500-0 (sala 508)	bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21489.500-0 (sala 506)	bom	93.137,51	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21488.500-5 (sala 507)	bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21490.500-6 (sala 505)	bom	117.137,34	27/08/2014	0,00	0,00	0,00

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	264006	9701.21491.500-1 (sala 504)	bom	97.863,45	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21492.500-7 (sala 514)	bom	101.602,94	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21493.500-2 (sala 515)	bom	90.364,66	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21494.500-8 (sala 516)	bom	90.364,66	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21495.500-3 (sala 517)	bom	83.435,52	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21496.500-9 (sala 518)	bom	90.364,66	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21497.500-4 (sala 519)	bom	90.364,66	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264006	9701.21498.500-0 (sala 520)	bom	90.364,66	27/08/2014	0,00	0,00	0,00
Ocupado	264007	2531.00503.500-0	bom	790.001,78	01/01/2015	0,00	0,00	963,00
Ocupado	264008	3849.00525.500-7	bom	2.465.521,56	01/01/2015	0,00	0,00	3.713,46
Ocupado	264011	8105.00193.500-4	bom	2.859.885,69	01/01/2015	0,00	0,00	5.154,00
Vazio	264005	4123.00192.500-5	regular	276.261,45	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
Vazio	264006	9701.17244500-2	regular	7.520.052,01	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
Vazio	264013	8801.00427.500-7	regular	1.709.169,62	01/01/2015	0,00	0,00	0,00
Vazio	264014	0427.00685.500-5	regular	201.620,95	01/01/2015	0,00	0,00	3.175,00
Total							25.278,18	125.343,36
Fonte:SPIUNET E SIAFI								

Nota 1: Valores contabilizados em manutenção de imóveis (333903024 e 333903916) no SIAFI totalizando o valor de R\$ 125.343,36 e a reforma no valor de R\$ 25.278,18, foi com projeto de reforma da futura instalação do imóvel no município de Santos – SP.

Nota 2: Os imóveis vazios ou desocupados necessitam de avaliação profissional para determinar o estado do bem assim como seu valor de mercado.

6.2.3.1 Análise crítica

Os imóveis da Fundacentro estão registrados e regularizados no sistema SPIUNET, mas é necessário desenvolver uma gestão local de bens imóveis, onde possa ter um acompanhamento das instalações e suas manutenções garantindo a fiel informação contábil.

Não houve alteração nos valores de imóveis, pois, para que haja uma avaliação correta e precisa seria prudente a contratação de um profissional da área de imóveis para que haja uma inclusão do valor correto mercado.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A Fundacentro celebra os seguintes termos de permissão de uso:

Banco do Brasil S/A permissão de uso, a título precário, de uma sala de aproximadamente 39,54 m², no andar intermediário do imóvel de sua propriedade, situado na Rua Capote Valente, 710 no Município de São Paulo – SP;

Vivo S/A permissão de uso onerosa de uma área de 60m² na laje superior do imóvel de sua propriedade, situado na Rua Capote Valente, 710 no Município de São Paulo – SP.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Os imóveis de terceiros também requerem a inserção em um modelo de gestão, de forma a viabilizar que o processo decisório ocorra adequadamente. Os imóveis alugados no Espírito Santo – CEES (1 imóvel), Paraná – CEPR (1 imóvel), Rio Grande do Sul – CERS (4 salas) e Pará – CEPA (1 imóvel) tem a finalidade de albergar as instalações das Unidades Descentralizadas, compreendendo principalmente salas de aula, bibliotecas, auditórios, escritórios. O imóvel de São Paulo abriga o parque gráfico – SGr (1 imóvel) da Fundacentro.

Quadro 6.2.5.A – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	São Paulo	1	1
	São Paulo	1	1
	Espírito Santo	1	1
	Vitória	1	1
	Paraná	1	1
	Curitiba	1	1
	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Pará	1	1
	Belém	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: SPIUNET

Nota: 264013 (CERS) – o imóvel equivale a 4 salas.

Com relação à forma de tratamento dos gastos, a tabela abaixo traz informações:

Quadro 6.2.5.B – Discriminação de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

UNIDADE	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Aluguel	Condomínio	Reformas	Manutenção
SGr	7107.00924.500-8	Bom	1.773.300,93	278.436,03	0,00	0,00	0,00
CEES	5705.00217.500-5	Bom	2.560.043,62	225.032,00	65.369,84	0,00	260,00
CEPR	7535.00402.500-0	Bom	5.836.134,50	296.594,52	68.426,62	0,00	0,00
CERS	8801.00588.500-3	Regular	192.301,12	151.083,78	51.681,47	0,00	0,00
	8801.00590.500-4		220.877,33			0,00	0,00
	8801.00592.500-5		220.877,33			0,00	0,00
	8801.00594.500-6		192.301,12			0,00	0,00
CEPA	0427.00863.500-2	Regular	217.204,52	230.000,00	0,00	0,00	0,00
Total			11.213.040,47	1.181.146,33	185.477,93	0,00	0,00

Fonte: SPIUNET E SIAFI

Obs.: A Unidade CERS possui uma locação com 4 Unidades (salas) cadastradas individualmente.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Compõem a força de trabalho de TI da Fundacentro:

- a) 3 servidores efetivos, com formação na área de TI;
- b) 1 servidor efetivo com formação diversa; e
- c) 7 terceirizados, sendo que foram considerados terceirizados os prestadores de serviço de atendimento de suporte técnico presencial (rede, operação, *service desk*) e as eventuais presenças dos prestadores de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação (não são mão-de-obra).

Desde 2010 a área de TI tem tomado providências para diminuir dependência tecnológica de empresas terceirizadas.

Nesse sentido, os sistemas de informação desenvolvidos utilizam tecnologias (.net) de conhecimento de um dos servidores do quadro e são integrados em ambientes de domínio de infraestrutura dos servidores de TI da área.

Obviamente que, com o atual quadro de servidores é impossível prestar toda a assistência técnica necessária coberta pelos contratos de rede, sustentação de servidores, suporte e atendimento ao usuário e desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação.

Contudo, é de conhecimento dos servidores de TI do SIn todo o arcabouço tecnológico da instituição, guardadas as devidas qualificações específicas que exijam um profissional altamente qualificado para execução de tarefas como tuning de banco de dados, mitigação de defeitos de pacotes de rede/regras de firewall, entre outras atividades extremamente específicas.

O papel atual dos servidores de TI do SIn contempla a gestão de TI e não execução de atendimentos, embora em alguns casos esses atendimentos ocorram e (como explicado anteriormente) sejam, em sua maioria, de conhecimento dos servidores.

Sobre a capacitação, cabe informar que não há plano de capacitação de TI. Contudo, em 2015 dois servidores (um Analista em C&T e o outro Tecnologista em C&T) cursaram Mestrado Profissional em Engenharia da Computação, sendo que os demais servidores lotados no Serviço de Informática não participaram de ações de treinamento em 2015.

6.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI)

A FUNDACENTRO, em 2015, reuniu o Comitê de TI para iniciar as tratativas referentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

A minuta de Regimento Interno do Comitê está em análise e apresenta definições importantes sobre a característica do comitê (deliberativo), bem como dará início para a elaboração do PDTI.

O Plano abrange toda a FUNDACENTRO, tanto a Sede/CTN, quanto as Unidades Descentralizadas. Mais que um instrumento legal necessário, é um mecanismo que norteará as decisões da FUNDACENTRO referentes à aplicação dos recursos de tecnologia da informação, tão fundamentais em quaisquer empresas e órgãos, estritamente para atender à missão da Instituição.

Embora não haja um documento formal, o PDTI está elaborado e concluído para 2016 e está disponível no sistema interno do órgão - SGPA (Sistema de Gestão de Projetos e Atividades) – Propostas de planejamento: SIn.001.2016, SIn.002.2016 e SIn.003.2016.

Mesmo assim, convém citar que o Serviço de Informática atua sempre com planejamento mesmo sem a existência de um documento formalmente escrito.

Todas as ações de TI são previamente planejadas no sistema interno ano a ano e a concretização de implantação de novos serviços de TI, tais como desenvolvimento de novos sistemas, novos serviços de infraestrutura de rede, constaram no planejamento de TI antes de serem executados.

Ainda a este respeito, o Comitê Gestor de TI está constituído conforme a Portaria nº 189/2014, sendo composto por: Presidência; Diretoria Executiva; Diretoria de Administração e Finanças; Diretoria Técnica; Serviço de Informática.

Em 2015 ocorreu uma reunião que gerou a necessidade de revisão da Portaria de composição dos participantes do Comitê. Além disso, está em análise o regimento interno do Comitê.

6.3.2 Principais sistemas de informação

Abaixo segue quadro contendo descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 6.3.1 – Principais sistemas de informação

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Acervo Digital	.Net 4.0	Sistema para gestão de teses e monografias	Norisvaldo Ferraz Júnior	SDB	2	T
Acesso	.Net 2	Controle de acesso aos sistemas da intranet	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	3	P/T
Agenda de Salas	ASP/dll	Agendamento de salas de reunião	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Arquivos DAF	ASP/dll	Repositório de arquivos da DAF	Norisvaldo Ferraz Júnior	DAF	1	P/T
Atas – Conselho Curador	ASP/dll	Repositório de atas	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	1	P/T
Audiovisual	.Net 2	Gestão de cds e dvds para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Banco de Fotos	ASP/dll	Banco de fotos da área técnica	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	1	T
Benefícios (Documentos)	ASP/dll	Repositório de arquivos do SBS	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	P/T
CCSS	ASP/dll	Sistema de informações da Coleta Seletiva	Norisvaldo Ferraz Júnior	CCSS	1	P/T
CEF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão de Ética da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CEF	1	P/T
CIF	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	CIF	1	P/T
CISSP	ASP/dll	Sistema de informações da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público	Norisvaldo Ferraz Júnior	CISSP	1	P/T
Compras	.Net 4	Sistema com todo o processo de compras utilizado pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SSU	3	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Comunicados CRH	ASP/dll	Sistemas de comunicados do CRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Controle de Estacionamento	.Net 2	Sistema para controle de entrada e saída do estacionamento da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Controle de Pagamentos	ASP/dll	Sistema de controle de pagamentos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD/COF/STS	3	T
Controle de Recibos	.Net 4.0	Sistema de controle de recibos emitidos	Norisvaldo Ferraz Júnior	STS	2	T
Controle de Veículos	.Net 4.0	Sistema que gerencia as rotas realizadas pelos veículos oficiais	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	T
Diretoria Técnica	ASP/dll	Repositório de arquivos da DTE	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE	2	P/T
Eleições (CIF,AFF,CIPA,CISSP,CEF)	ASP/dll	Sistema que disponibiliza eleições internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SIN	1	T
Estoque e Requisição de Material – CTN e UD's	.Net 2	Controle de estoque de materiais do CTN e UDS	Norisvaldo Ferraz Júnior	CAD	3	T
Gerenciador Eletrônica de Documentação Interna – GEDI	.Net 4	Sistema de gestão de documentos como memorandos, ofícios e portarias	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DAF/DTE	3	T
Gerenciador de Cópias	.Net 2	Controla as solicitações de cópias de documentos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	2	T
Gerenciador de Cursos	.Net 4	Gerencia os cursos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	3	T
Gerenciador de Eventos	.Net 2	Gerencia os eventos publicados pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SEV	3	T
Gerenciador de Notícias	.Net 4	Gerencia as notícias publicadas pelo CTN e UDS e que constam no Portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Gerenciador de Pessoal	.Net 4	Gerencia os dados cadastrais de servidores e terceiros	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	3	T
Gerenciador do Portal	.Net 4	Sistema que permite criar/excluir/editar páginas no portal da Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	3	T
Lista Telefônica	.Net 4	Sistema que permite consultar ramais internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	T
Mala Direta	.Net 4	Sistema de envio de e-mails em lote	Norisvaldo Ferraz Júnior	ACS	2	T
Moodle	PHP	Sistema utilizado pelo SAE para EAD	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAE	2	P/T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Patrimônio	ASP/dll	Sistema de controle de patrimônios	Norisvaldo Ferraz Júnior	SCO	3	T
Patrimônio (Depreciação)	.Net 2	Sistema que calcula a depreciação de bens patrimoniados	Norisvaldo Ferraz Júnior	SCO	2	T
Podcast e Videocast	.Net 4	Gestão de podcasts e videocasts para publicação no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRI	2	T
Portarias Fundacentro	.Net 4	Repositório de portarias publicadas pela Fundacentro	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES	3	T
Procuradoria	ASP/dll	Repositório de arquivos da PJ	Norisvaldo Ferraz Júnior	AGU/PGF	1	P/T
CRH – Projeto Qualidade de Vida	ASP/dll	Repositório de arquivos do projeto Qualidade de vida	Norisvaldo Ferraz Júnior	CRH	1	P/T
Protocolo	ASP/dll	Sistema de gestão de protocolos internos	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAA	3	P/T
Publicação	.Net 2	Sistema de gestão de publicação de cartilhas, livros e demais publicações no portal	Norisvaldo Ferraz Júnior	SPB		T
Regulamentação Interna	ASP/dll	Página com documentos e regulamentações internas	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMA	2	P/T
SAD – Avaliação de Desempenho	.Net 2	Sistema de Avaliação de Desempenho de Servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	3	T
SAP – Download de Documentos	ASP/dll	Repositório de arquivos do SAP	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	1	P/T
SGPA 2006 e 2008	ASP/dll	Sistema de gestão, projetos e atividades (legado)	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DTE/DAF	1	P/T
SGPA v3	.Net 4	Sistema de gestão, projetos e atividades do órgão	Norisvaldo Ferraz Júnior	PRES/DTE/DAF	3	T
Sistema Curso de Leitura Radiológica	.Net 2	Sistema de gestão do curso de leitura radiológica	Norisvaldo Ferraz Júnior	SME	2	T
Sistema de Assistência Médica	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de assistência médica dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	1	T
Sistema de Auxílio Transporte	.Net 4	Sistema que gerencia os benefícios de auxílio transporte dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	2	T
Sistema de Férias	.Net 4	Sistema que gerencia as solicitações de férias dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema de Licença Médica	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças médicas dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SBS	3	T

Sistema	Arquitetura	Descrição/Principais funcionalidades	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade*	Manutenção**
Sistema de Licença Prêmio	.Net 4	Sistema que gerencia as licenças prêmio dos servidores	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema de Manutenção Predial	.Net 2	Sistema de solicitação de manutenção predial	Norisvaldo Ferraz Júnior	SMO	2	T
Sistema de Outras Licenças	.Net 4	Sistema de licença de afastamento	Norisvaldo Ferraz Júnior	SAP	2	T
Sistema EPI – Pedido Técnico	.Net 2	Sistema de controle de Laudos de EPI	Norisvaldo Ferraz Júnior	SES	3	T
Sobrecarga Térmica	.Net 2	Sistema que exibe o índice de IBUTG em uma região	Norisvaldo Ferraz Júnior	DTE/ERCA	3	T
Solicitação a CED	.Net 2	Sistema de solicitação a CED	Norisvaldo Ferraz Júnior	CED	2	T
SRH – Arquivos Diversos SRH	ASP/dll	Repositório de arquivos do SRH	Norisvaldo Ferraz Júnior	SRH	1	T

*1 a 5, onde: 1 – normal, 2 – importante, 3 – crítico

** T: terceirizada / P: própria

Está em desenvolvimento o Sistema Sobrecarga Térmica para dispositivos móveis.

Em 2016, a FUNDACENTRO planeja implantar:

- a) Sistema de Workflow (para o trâmite eletrônico de documentos e processos);
- b) Sistema Eletrônico de Informações, nos moldes previstos pelo MPOG; e
- c) Integração dos fluxos de Contratos e demais formulários ao Sistema de Workflow.

6.3.3 Descrição dos projetos desenvolvidos no período e dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

– Processo de Software: a Metodologia de Desenvolvimento de Software e demais documentos referentes ao Processo de Software da Fundacentro encontram-se disponíveis em: <http://srvts/Fundacentro/Compras/Process%20Guidance/index.htm>.

– Controles internos:

Controles internos	
Atividade	Efetividade
01. Registro de Ocorrências Contratuais	Para cada evento
02. Fiscalização de Contratos – Entrega de produtos e serviços	Mensal/A cada entrega/Em caso de não conformidade
03. Planejamento de TI	Anual
04. Execução do Planejamento de TI	A cada evento
05. Planilha de vencimento de contratos	Mensal
06. Planilha de acompanhamento dos links das Regionais	Mensal
07. Planilha ROI Videoconferência	Não concluída

– Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

Quadro 6.3.3 – Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Projetos de TI desenvolvidos em 2015	Resultados esperados	Alinhamento com o Planejamento Estratégico	Alinhamento com o Planejamento de TI	Valores orçados/estimativa	Valores despendidos	Prazos de conclusão
SGPA v3	Melhorar o planejamento interno do órgão; sistema de fácil navegação e usabilidade; visão global dos projetos; visão da execução física e orçamentária dos projetos; acompanhamento do percentual de execução dos projetos pelos usuários e pelas diretorias/gestores; fluxo de aprovação de fácil entendimento e verificação de pendências; gráficos de desvios/mudanças em projetos	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, 28.01.029, 28.01.030, 28.01.033, 28.01.034, 28.01.035, 28.01.036, 28.01.040	485.152,80	501.362,61	8 meses (aprox. 240 dias)
Sobrecarga Térmica Mobile	Mapeamento de necessidades de software para dispositivos móveis; documento de visão; mapeamento de processo	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, 28.01.029, 28.01.030, 28.01.033, 28.01.034, 28.01.035, 28.01.036, 28.01.040	14.250,00	14.250,00	30 dias
Instalação de novos switches na Sede/CTN	Substituição de swiches antigos (alguns com defeito); melhoria na conectividade de rede, tanto do núcleo da rede quanto nas pontas (usuários); maior throughput	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, 28.01.029, 28.01.036, 28.01.041	5.123,20	5.123,20	7 dias
Aquisição de servidores de rede tipo torre para a Sede/CTN e UD's	ampliar o acesso a recursos de rede como armazenamento de arquivos em pastas de rede e compartilhamentos de arquivos a todas as UD's; garantir a integridade e a recuperabilidade dos dados armazenados no ambiente corporativo; permitir a implementação serviço de diretório estendido às UD's, para que as operações de login sejam únicas dentro da floresta de diretório da Sede/CTN; o uso dos servidores também permitirá a replicação de políticas de TI da Sede/CTN para as UD's; com o uso dos servidores haverá a integração, em uma só rede, de todas as Unidades da FUNDACENTRO; Para a Sede/CTN os resultados contemplam a possibilidade de implantação de novo serviço de compartilhamento de arquivos e informações das diversas áreas da Sede/CTN e UD's, com o objetivo de facilitar e ampliar a divulgação de informações internas; nova plataforma para virtualização (TI Verde); novo equipamento para suportar o Novo SGBD.	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, 28.01.029, 28.01.030, 28.01.033, 28.01.034, 28.01.035, 28.01.036, 28.01.040, 28.01.041	488.800,00	488.800,00	2 anos
Aquisição de computadores para a Sede/CTN e UD's	substituição dos equipamentos obsoletos face à impossibilidade de atualização de softwares e consequente uso dos sistemas internos e governamentais; melhoria das atividades diárias dos servidores das áreas técnicas e administrativas; uso adequado dos sistemas internos e governamentais	Não há planejamento estratégico no órgão	SGPA 28.01.027, 28.01.029, 28.01.030, 28.01.033, 28.01.034, 28.01.035, 28.01.036, 28.01.040, 28.01.041	1.141.530,00	1.076.1400,00	1 ano

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A Fundacentro, em cumprimento ao Art. 5º do Decreto 5.940, de 26 de outubro de 2006, constituiu a partir de 2008 comissões regionais, compostas por servidores, para implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – Centro Técnico Nacional/SP e Unidades Descentralizadas.

Estas comissões tem sido responsáveis por realizar as seguintes atividades:

- 1) levantamento dos tipos de resíduos e estabelecimento de um diagnóstico quanto à situação do material reciclável na Fundacentro;
- 2) levantamento da forma de acondicionamento dos resíduos;
- 3) levantamento da destinação dos resíduos;
- 4) realização de campanhas de sensibilização;
- 5) definição e distribuição dos recipientes para coleta de resíduos e material reciclável;
- 6) estabelecimento e manutenção de parcerias com cooperativas de catadores de material reciclável;
- 7) convênio com associações/cooperativas de catadores que recolhem o material reciclável periodicamente; e
- 8) contratação de empresa especializada na destinação de lâmpadas fluorescentes.

A Fundacentro vem ainda priorizando, quando possível, a aquisição de materiais sustentáveis, como sacolas ecologicamente corretas, lâmpadas LED, papel reciclado, além de ter substituído o uso dos garrafões de água mineral por filtros de água.

Além disso, algumas contratações preveem a responsabilização da contratada pela retirada e correta destinação dos materiais, como lâmpadas, material de limpeza e higienização, baterias/acumuladores descartáveis e produtos químicos utilizados no parque gráfico.

Foi realizada a contratação da modernização dos dois elevadores do Centro Técnico Nacional – CTN, o que acarretará uma redução sensível do consumo de energia elétrica;

Atualmente não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) nem possui implementado Plano de Logística Sustentável (PLS).

Grande parte destas pendências é decorrente do reduzido quadro de recursos humanos da instituição, problema esse reduzido parcialmente com a nomeação em 2015 de 22 assistentes em Ciência e Tecnologia aprovados no Concurso 01/2014, empossados e lotados na Sede da Fundacentro em São Paulo. Desta forma, no decorrer do ano de 2016 serão criados grupos de trabalho para atendimento das demandas com relação à Gestão Ambiental e à Sustentabilidade.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Não houve determinações ou recomendações do TCU no exercício.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 7.2.A – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Para todos os servidores da unidade que recebam auxílio-transporte e utilizem transportes seletivos ou especiais, realizar o pagamento contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior, consoante jurisprudência do TCU (Acórdão TCU2211/2005- plenário e 511/2006-Segunda Câmara).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Recomendação atendida. Em face da ilegalidade proferida a respeito do ato de concessão do vale transporte, a FUNDACENTRO atualizou o sistema de auxílio transportes e a sistemática adotada segue a jurisprudência do TCU, de ressarcimento das despesas no mês posterior à apresentação do comprovante ou recibo da empresa de transporte coletivo intermunicipal ou interestadual. Por meio da Portaria nº 326/2013, de 30/10/2013 a Presidenta da Fundacentro constituiu Comissão de sindicância apuratória. A comissão até a presente data não terminou os trabalhos, portanto não foi notificado qualquer servidor sobre a reposição ao erário dos valores indevidamente recebido.				

Quadro 7.2.B – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos que a unidade implemente normativos para a área de Gestão do Patrimônio Imobiliário que estabeleçam: as atribuições; as responsabilidades; os fluxogramas; os indicadores; etc., para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Recomendação atendida parcialmente.
Elaborada minuta de normativo. Os servidores da área de patrimônio farão visitas a outros órgãos e mesmo à SPU, para verificar os procedimentos na Gestão de Patrimônio Imobiliário e possível adaptação aos nossos normativos.
Necessidade de formação de equipe com competência e conhecimentos específicos para o desenho final do processo e integração com os demais processos administrativos. Tal problema será sanado com o ingresso dos assistentes concursados, que ocorreu no mês de novembro de 2015.

Quadro 7.2.C – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos à Unidade que faça gestão junto ao MTE com o intuito de incluir na LOA as metas físicas de todas as quatro Ações Finalísticas da FUNDACENTRO, para representar a atuação desta.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi realizada a gestão sugerida junto ao MTE, porém a revisão da LOA não incorporou as mudanças discutidas. O que se obteve foi a inclusão desses outros resultados no planejamento estratégico do MTE.				
Para o PPA 2016-2019, estamos propondo metas que contemplem os demais macroprocessos, mas não temos garantia de que tal solicitação será integralmente aprovada. Destacamos também que a proposta para LOA-2016 foi feita com base na ação finalística vigente, seguindo orientação do então Ministério do Trabalho e Emprego.				
Não há completa governabilidade sobre o assunto.				

Quadro 7.2.D – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos que a FUNDACENTRO renegocie com a empresa Alerta Security para reaver o valor de R\$ 26.309,83, devido às falhas na condução do processo licitatório que se refletiram na contratação.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi feita a negociação e todos os valores foram ressarcidos. Conforme o ofício de nº 07/2014, de 26/09/2014, onde demonstramos uma diferença a ser ressarcida menor que o valor apurado pelos Auditores. A Fundacentro fez a negociação do valor de R\$ 24.951,11 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e um reais e onze centavos) com a empresa, que foram ressarcidos em 30/10/2014, pelo documento 2014RA001555.

Quadro 7.2.E – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação da CGU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendamos ao gestor abrir procedimento administrativo para apurar responsabilidades em relação ao fato constatado.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A administração entendeu que houve o pronto ressarcimento por parte da empresa e à época, com recursos humanos escassos, seria dispendiosa à Administração direcionar esses recursos humanos para apuração de responsabilidade, visto ter sido falha material no processo e prontamente corrigida quando apontada pelo Órgão de Controle.				
Ainda restando dúvidas sobre apuração de responsabilidades por parte da CGU, a Administração acatará e atenderá prontamente.				

7.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Em 2015 não houve nenhum caso de dano ao erário que tenha sido objeto de Tomadas de Contas Especiais.

Além da Auditoria Interna, que no momento sofre de diversas carências estruturais, principalmente em relação a pessoal, não há na estrutura da Fundacentro outro setor ou unidade dedicados exclusivamente à apuração e minimização da ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral. Assim, a identificação de tais eventos dá-se de forma pulverizada e esparsa nos diferentes setores da instituição. A Fundacentro também não desenvolveu controles robustos para minimizar a ocorrência destes ilícitos.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993

A Fundacentro atende ao disposto no art. 5º da Lei 8.666/93, norma geral de licitação e contratações.

7.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

O Fiscal do Contrato nº 04/2010 enviou Ofício 001/2015 à Contratada Algar Tecnologia e Consultoria S.A (CNPJ nº 21.246.699/0001-44; Objeto: prestação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, compreendendo suporte, Operação de Rede, Segurança da Informação e Atendimento ao Usuário) informando a respeito da retenção dos pagamentos das próximas notas fiscais para que fossem efetuados os cálculos de que tratam a lei 12.546/2011 e o decreto 7.828/2012.

Houve novo cálculo, com as planilhas apresentadas e houve o pagamento dessas notas fiscais. Entretanto a gestão contratual identificou outras necessidades (não referentes à desoneração, mas a outros itens tais como a extinção nas planilhas de pagamentos de auxílio maternidade, SAT e aviso prévio).

Esses outros itens estão em análise na gestão de contratos, sendo a Contratada à época notificada a respeito.

b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Segundo os cálculos efetuados, os valores ressarcidos foram de 15.730,33. Os descontos ocorreram nas Notas Fiscais retidas indicadas no item a) anterior.

c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Número do Contrato	Unidade Contratante	Razão Social/CNPJ da Contratada	Objeto	Vigência	Redução do valor Contratual
04/2010	DAF/SIn	Algar Tecnologia e Consultoria S.A (CNPJ nº 21.246.699/0001-44)	Prestação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, compreendendo suporte, Operação de Rede, Segurança da Informação e Atendimento ao Usuário	08/03/2010 a 07/03/2015	15.730,33

8. ANEXOS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro é uma Fundação Pública Federal, instituída pela Lei 5.161/1966, suas finalidades, conforme o artigo 2º do seu estatuto, é a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho.

DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base os artigos 101 a 106, da Lei 4.320/64 e NBC T 16.6, aprovado pela Resolução CFC nº 1.1133/2008.

DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

1. Saldo do Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional é de R\$ 42.227.708,79, onde compreende o somatório das seguintes subcontas:

1.1.	CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	R\$ 41.955.789,32
1.2.	Demais Contas – Caixa Econômica Federal	R\$ 90.151,71
1.3.	Limite de Saque com Vinculação de Pagto	R\$ 181.767,76

Obs.: Há uma inconsistência na conta de Demais Contas, saldo a classificar no valor R\$ 9.042,03, devido a uma baixa de caução não realizada no seu exercício. Estamos com dificuldade de regularização desta pendência, pois essa conta de depósito de caução não está mais vinculada à Fundacentro, desta forma estamos em pesquisa e consultas às normas e procedimentos contábeis com a CCONT/MTE para tentar regularizar a inconsistência.

2. O saldo da conta de estoque é de R\$ 930.804,77, composto por R\$ 929.047,03 no Almoxarifado – Consolidação e R\$ 1.757,74 em Outros Estoques.

- 2.1. O saldo em Almoxarifado - Consolidado está detalhado no órgão da seguinte forma:

2.1.1.	Materiais de Consumo	R\$ 879.538,47
--------	----------------------	----------------

- 2.1.1.1. Esta conta está detalhada da seguinte forma:

264001 – CTN	R\$ 564.046,00
264002 – ERMS	R\$ 6.669,31

264003 – ERCA	R\$ 7.788,95
264005 – CRMG	R\$ 51.361,31
264006 – CRDF	R\$ 31.294,98
264007 – CRPE	R\$ 30.169,75
264008 – CRBA	R\$ 39.079,61
264009 – CEES	R\$ 2.231,37
264010 – CEPR	R\$ 26.447,19
264011 – CESC	R\$ 17.848,98
264012 – CERJ	R\$ 8.573,24
264013 – CERS	R\$ 54.852,01
264014 – CEPA	R\$ 39.175,31

Obs.: O saldo desta conta não no CTN não confere com os valores apresentado no Relatório Mensal de Almoxarifado – RMA, isso correu devido à falta de lançamento das baixas por saída de estoque por materiais requisitados, o setor já providenciou a regularização em janeiro e fevereiro de 2016.

As Unidades, com exceção do CRMG, não encaminhou o RMA para apuração dos saldos.

2.1.2. Gêneros Alimentícios R\$ 23.155,16

2.1.2.1. Esta conta está detalhada da seguinte forma:

264003 – ERCA	R\$ 1.865,88
264007 – CRPE	R\$ 3.116,80
264008 – CERBA	R\$ 1.774,50
264010 – CEPR	R\$ 11.241,36
264011 – CESC	R\$ 190,80
264012 – CERJ	R\$ 1.133,99
264013 – CERS	R\$ 3.831,83

2.1.3. Autopeças R\$ 1.237,80

2.1.3.1. Esta conta está detalhada da seguinte forma:

264008 – CRBA	R\$ 990,00
264012 – CERJ	R\$ 247,80

2.1.4. Materiais de Expediente R\$ 25.115,60

2.1.4.1. Esta conta está detalhada da seguinte forma:

264001 – CTN	R\$	888,00
264003 – ERCA	R\$	7.152,25
264006 – CRDF	R\$	3.792,90
264007 – CRPE	R\$	3.184,45
264008 – CRBA	R\$	4.553,47
264011 – CESC	R\$	1.240,39
264012 – CERJ	R\$	4.304,14

3. Na conta de Depreciação e Amortização representa o saldo até fevereiro de 2015, isso aconteceu por identificação de diferença entre valores do sistema interno com saldo do ativo, a partir desta data tentamos localizar a origem da diferença, porém sem sucesso.

Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo
Chefe do Serviço de Contabilidade e Patrimônio
CRC 1SP234677/O-7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	6.316.974,46		- Despesas Orçamentárias	103.872.579,82	-
Ordinárias	893.530,18		Ordinárias	82.749.923,41	-
Vinculadas	5.423.771,18		Vinculadas	21.122.656,41	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	14.086.022,58	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	2.947.287,05	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.423.771,18		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.089.346,78	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-326,90				-
Transferências Financeiras Recebidas	101.229.530,27		- Transferências Financeiras Concedidas	4.657.934,10	-
Resultantes da Execução Orçamentária	98.246.357,12		Resultantes da Execução Orçamentária	3.506.777,78	-
Cota Recebida			Cota Concedida		-
Repasse Recebido	94.739.579,34		Repasse Concedido		-
Sub-repasse Recebido	3.506.777,78		Sub-repasse Concedido	3.506.777,78	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	2.983.173,15		Independentes da Execução Orçamentária	1.151.156,32	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.983.173,15		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	257.626,14	-
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais			Movimento de Saldos Patrimoniais	893.530,18	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	6.530.040,05		- Despesas Extraorçamentárias	3.866.335,37	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	149.484,63		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	322.647,41	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.356.472,12		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.519.604,66	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-66.068,41		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.083,30	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	90.151,71		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

EMIÇÃO 11/03/2016	PAGINA 2
----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	90.151,71				
Saldo do Exercício Anterior	40.548.013,30		- Saldo para o Exercício Seguinte	42.227.708,79	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.548.013,30		- Caixa e Equivalentes de Caixa	42.227.708,79	-
TOTAL	154.624.558,08		- TOTAL	154.624.558,08	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO

EMISSION 11/03/2016	PAGINA 1
------------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.719.433,00	4.719.433,00	6.316.974,46	1.597.541,46
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	4.491.260,00	4.491.260,00	5.210.403,72	719.143,72
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	4.491.260,00	4.491.260,00	5.210.403,72	719.143,72
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	228.173,00	228.173,00	213.040,56	-15.132,44
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	893.530,18	893.530,18
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	893.523,31	893.523,31
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	6,87	6,87
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
11/03/2016

PAGINA
2

SUBTÍTULO 37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.719.433,00	4.719.433,00	6.316.974,46	1.597.541,46
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.719.433,00	4.719.433,00	6.316.974,46	1.597.541,46
DÉFICIT			97.555.605,36	97.555.605,36
TOTAL	4.719.433,00	4.719.433,00	103.872.579,82	99.153.146,82
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	106.466.454,00	109.875.608,00	100.418.520,13	97.243.405,75	97.132.167,25	9.457.087,87
Pessoal e Encargos Sociais	78.585.822,00	81.987.976,00	76.420.475,41	76.420.475,41	76.419.632,23	5.567.500,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.880.632,00	27.887.632,00	23.998.044,72	20.822.930,34	20.712.535,02	3.889.587,28
DESPESAS DE CAPITAL	3.500.000,00	3.500.000,00	3.454.059,69	272.701,95	234.455,82	45.940,31
Investimentos	3.500.000,00	3.500.000,00	3.454.059,69	272.701,95	234.455,82	45.940,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	109.966.454,00	113.375.608,00	103.872.579,82	97.516.107,70	97.366.623,07	9.503.028,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	109.966.454,00	113.375.608,00	103.872.579,82	97.516.107,70	97.366.623,07	9.503.028,18
TOTAL	109.966.454,00	113.375.608,00	103.872.579,82	97.516.107,70	97.366.623,07	9.503.028,18

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	130.007,04	4.154.324,94	3.613.334,75	2.924.960,20	152.883,75	1.206.488,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	23.836,76	23.836,76	23.836,76	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	130.007,04	4.130.488,18	3.589.497,99	2.901.123,44	152.883,75	1.206.488,03
DESPESAS DE CAPITAL	415.524,55	1.010.058,87	594.644,46	594.644,46	466.048,85	364.890,11
Investimentos	415.524,55	1.010.058,87	594.644,46	594.644,46	466.048,85	364.890,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	545.531,59	5.164.383,81	4.207.979,21	3.519.604,66	618.932,60	1.571.378,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	208.720,68	326.617,46	322.647,41	212.690,73	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	317.940,06	317.940,06	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 11/03/2016	PAGINA 4
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	208.720,68	8.677,40	4.707,35	212.690,73	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	208.720,68	326.617,46	322.647,41	212.690,73	-



PERIODO
Anual

— PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	69.135.900,50	69.123.267,34	PASSIVO CIRCULANTE	4.433.790,32	2.001.174,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.227.708,79	40.548.013,30	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.595.841,14	4.311,39
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	722.448,91	213.898,08
Clientes		-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	Demais Obrigações a Curto Prazo	115.500,27	1.782.965,35
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	25.977.386,94	27.818.991,76			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	930.804,77	756.262,28			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	70.800.849,45	70.114.313,96	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	90.151,71	90.151,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.002,99	11.002,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.002,99	11.002,99	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques		-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	4.735,26	4.735,26	Demais Obrigações a Longo Prazo	90.151,71	90.151,71
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.523.942,03	2.091.326,53
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	-		
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	4.735,26	4.735,26			
Demais Investimentos Permanentes	4.735,26	4.735,26			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	70.248.099,07	69.406.291,23			
Bens Móveis	12.349.236,15	11.506.153,96			
Bens Móveis	34.672.965,77	33.726.727,93			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.323.729,62	-22.220.573,97			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	57.898.862,92	57.900.137,27			
Bens Imóveis	57.935.734,02	57.910.446,84			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-36.871,10	-10.309,57			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	537.012,13	692.284,48			
Softwares	537.012,13	692.284,48			
Softwares	806.789,38	692.284,48			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-269.777,25	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	139.936.749,95	139.237.581,30	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	139.936.749,95	139.237.581,30

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	42.227.708,79	46.221.998,36	PASSIVO FINANCEIRO	8.169.445,32	13.898.282,55
ATIVO PERMANENTE	97.709.041,16	93.015.582,94	PASSIVO PERMANENTE	3.593.972,42	-6.097.040,62
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	128.173.332,21	131.436.339,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.743.746,68	2.185.072,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.026.215,90	3.614.107,34
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.743.746,68	2.185.072,97	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.026.215,90	3.614.107,34
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.705.270,38	2.147.082,59	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	38.476,30	37.990,38	Obrigações Contratuais a Executar	3.026.215,90	3.614.107,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.743.746,68	2.185.072,97	TOTAL	3.026.215,90	3.614.107,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.533.734,15
Recursos Vinculados	40.591.997,62
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	40.601.039,65
Demais Recursos	-9.042,03
TOTAL	34.058.263,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	109.787.995,62	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	213.060,56	-
Venda de Mercadorias	14.232,16	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	198.828,40	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.210.403,72	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.210.403,72	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	101.790.211,55	-
Transferências Intragovernamentais	101.229.530,27	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	560.681,28	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.680.789,61	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.262,20	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.678.527,41	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	893.530,18	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	893.530,18	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	111.521.442,47	-
Pessoal e Encargos	53.679.054,45	-
Remuneração a Pessoal	43.640.193,34	-
Encargos Patronais	8.627.773,04	-
Benefícios a Pessoal	1.325.237,03	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	85.851,04	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.892.379,84	-
Aposentadorias e Reformas	25.136.837,50	-
Pensões	2.742.514,25	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.028,09	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.743.458,01	-
Uso de Material de Consumo	446.521,19	-
Serviços	21.027.942,11	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	268.994,71	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	556,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	536,00	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	20,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.842.832,85	-
Transferências Intragovernamentais	4.657.934,10	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	184.898,75	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.474.802,70	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.845,00	-
Incorporação de Passivos	164.693,04	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	2.308.264,66	-
Tributárias	7.594,22	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.839,22	-
Contribuições	3.755,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	880.764,40	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	880.764,40	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.733.446,85	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.508.795,77	-
INGRESSOS	107.570.588,03	-
Receitas Derivadas e Originárias	6.316.974,46	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	213.040,56	-
Remuneração das Disponibilidades	5.210.403,72	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	893.530,18	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	101.253.613,57	-
Ingressos Extraorçamentários	-66.068,41	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	101.229.530,27	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	90.151,71	-
DESEMBOLSOS	-105.061.792,26	-
Pessoal e Demais Despesas	-91.667.512,33	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-26.506.958,95	-
Saúde	-	-
Trabalho	-65.160.553,38	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 11/03/2016	PAGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-8.712.262,53	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-8.712.262,53	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.682.017,40	-
Dispêndios Extraorçamentários	-24.083,30	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.657.934,10	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-829.100,28	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 11/03/2016	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	37201 - FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB. - FUNDAÇÃO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-829.100,28	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-752.841,51	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-76.258,77	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.679.695,49	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	40.548.013,30	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	42.227.708,79	-

9. APÊNDICES

Nota de Esclarecimento sobre o Parecer do Conselho Curador

A fusão dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social ocorrida em 2015, constituindo um único Ministério, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, produziu um efeito colateral para a Fundacentro relativamente a seu Conselho Curador, colegiado superior com poder de deliberação sobre a instituição.

Após a referida fusão a Presidência da Fundacentro consultou a Procuradoria Federal junto à Fundacentro acerca das implicações jurídicas para a instituição. Na Nota nº 040/2015/AGU/PGF/PF/FUNDACENTRO a Procuradoria entendeu que, como as atribuições e competências do cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Emprego foram assumidas pelo cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, as indicações dos membros do Conselho Curador da Fundacentro oriundas do extinto Ministro de Estado do Trabalho e Emprego deveriam ser renovadas, tanto para confirmar os antigos membros indicados, seja como titulares ou como suplentes, quanto para substituí-los.

Além disso, a Procuradoria também manifestou que, no que tangia ao cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, membro nato do Conselho Curador da Fundacentro, era intuitivo que a partir da fusão tal atribuição passava para o Secretário Especial do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Quanto ao cargo de Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, também membro nato do Conselho Curador, entendeu a Procuradoria que deverá permanecer como membro deste Conselho até que haja alguma modificação na estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social que altere ou extinga o citado Departamento.

Portanto, conforme a Nota Técnica emitida pela Procuradoria Federal junto à Fundacentro, a fusão dos Ministérios originou insegurança jurídica para a atuação do Conselho Curador da instituição até a confirmação ou substituição dos membros não natos deste Conselho pelo Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social. Na prática, esta situação resultou em interrupção de fato das atividades deste Conselho Curador.

De modo a evitar esta interrupção, a Procuradoria, ainda em novembro de 2015, recomendou o encaminhamento urgente desta questão ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esta recomendação foi atendida pela Presidência da Fundacentro em janeiro de 2016, por meio do Ofício nº 004/PRES, reiterado em março de 2016 pelo Ofício nº 022/PRES. Até o momento a Fundacentro não obteve qualquer resposta do Ministério quanto a tal questão, de modo que os trabalhos do Conselho Curador permanecem paralisados.

Considerando que uma das atribuições do Conselho Curador é emitir parecer sobre a prestação de contas anual, infelizmente não será possível à Fundacentro apresentar neste momento este parecer devido a esta questão jurídica envolvendo o Conselho Curador.

São apresentadas anexas as documentações mencionadas nesta Nota.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL - FUNDACENTRO

NOTA TÉCNICA Nº 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF/AGU-rs

INTERESSADO: PRES. – PRESIDÊNCIA

ASSUNTO: Medida Provisória 696/2015 – Conselho Curador

Senhora Presidenta,

Trata-se de consulta oriunda da Presidência da FUNDACENTRO acerca das implicações jurídicas decorrentes da edição da Medida Provisória 696, de 02 de Outubro de 2015 que extinguiu o cargo de Ministro do Estado do Trabalho, aliado a edição do Decreto n.º 8.536, de 02 de Outubro de 2015 que passou a vincular à FUNDACENTRO ao recém-transformado Ministério do Trabalho e da Previdência Social e a composição do Conselho Curador da FUNDACENTRO.

Inicialmente compete asseverar que o Conselho Curador da FUNDACENTRO, órgão de deliberação máximo desta Fundação Pública Federal é assim composto, nos termos do que prevê o artigo 6º do Estatuto da FUNDACENTRO:

Art. 6º O Conselho Curador, órgão de deliberação superior da FUNDACENTRO, é constituído por dezesseis membros e tem a seguinte composição:

- I Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;*
- II Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego;*
- III Presidente da FUNDACENTRO;*
- IV Diretor-Executivo da FUNDACENTRO;*
- V um representante do Ministério da Previdência Social;*
- VI um representante do Ministério da Saúde;*
- VII dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;*
- VIII quatro representantes dos empregadores; e*
- IX quatro representantes dos trabalhadores.*

§ 1º O Comporão também o Conselho Curador, sem direito a voto, os Diretores Técnico e de Administração e Finanças da FUNDACENTRO.

§ 2º Os suplentes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3º Os membros, titulares e suplentes, do Conselho Curador serão indicados pelos respectivos órgãos governamentais e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, em âmbito nacional, e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Ao compulsar os termos do referido dispositivo legal infere-se que figuram como membros natos, além de outros o **Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego** e o **Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho**, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Compõem ainda o Conselho dois membros indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, conforme previsto no inciso VII e ademais está consignado também no parágrafo 2º que os suplementes dos membros natos serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Vale ressaltar de todo modo que sob o ponto de vista jurídico a extinção do cargo de Ministro do Trabalho e Emprego, conforme previsto no artigo 1º da Medida Provisória 696, produziu efeitos imediatos, nos termos do artigo 9º do precitado ato legislativo.

Por outro lado o artigo 7º da referida Medida Provisória previu expressamente que: *“Ficam transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e as incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta Medida provisória ou a seus titulares.*

Posto isto, e tendo em vista que as atribuições e competências do cargo de Ministro do Estado do Trabalho e Emprego foram assumidas pelo cargo do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, que por sua vez decorreu da transformação do antigo cargo de Ministro de Estado da Previdência Social, entendemos que *s.m.j.* as indicações oriundas do extinto Ministro do Estado do Trabalho deverão ser renovadas, ainda que para confirmar os antigos membros indicados, seja como titulares ou como suplementes, ou para indicar novos membros, segundo o juízo de conveniência e oportunidade do atual Ministro do Estado do Trabalho e Previdência Social.

Cabe por proêmio consignar também que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta, a partir da edição do Decreto n.º 8.536, de 02 de Outubro de 2015, passou a estar vinculada ao recém-transformado Ministério do Trabalho e Previdência Social.

No que tange ao cargo de Secretario-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, que figura como membro nato do Conselho Curador da FUNDACENTRO, foi transformado no cargo de Secretário Especial do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme estabelecido no inciso III do artigo 3º da Medida Provisória n.º 696/15, de modo que é intuitivo que *s.m.j.*, a partir da edição deste Ato Legislativo deverá compor o mencionado Conselho mencionado Secretário Especial.

No que diz respeito ao cargo de Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que também compõe o Conselho Curador como membro nato, nada dispôs a Medida Provisória, no entanto o artigo 9º previu que a alteração das estruturas dos órgãos abrangidos, entrará em vigor a partir da entrada em vigor dos respectivos Decretos que estabeleçam a nova estrutura regimental, assim sendo e desde que este cargo ainda esteja previsto na Estrutura Regimental do recém-transformado Ministério do Trabalho e Previdência Social, deverá continuar a figurar como membro nato, até que porventura se altere a sua designação e/ou competência. De toda forma e desde que não tenha até a presente data, havido a extinção ou transformação do referido cargo é forçoso concluir que o mesmo deverá ainda comparecer como membro as reuniões do Conselho Curador.

Vale consignar que a presente Nota limita-se aos aspectos jurídico-formais da consulta, de maneira que no que se refere aos aspectos técnicos e de conveniência e oportunidade competirá à Alta Administração Pública Federal avaliar.

Por fim e diante da importância do regular funcionamento do Conselho Curador da FUNDACENTRO, como órgão de deliberação superior, rogamos para o fim de que não haja solução de continuidade nas reuniões previstas, que seja apreciada as questões aqui enfrentadas de modo célere.

Ante o exposto, e após as considerações acima transcritas, recomendamos que sejam encaminhados com urgência os referidos questionamentos em conjunto com a relação de todos os atuais membros indicados que componham o Conselho e seus respectivos atos de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministério do Trabalho e Previdência Social para conhecimento e apreciação.

Por fim e haja vista que o Procurador Federal abaixo assinado presta assessoramento jurídico tão somente junto à FUNDACENTRO e por se tratar de questionamento com implicações jurídicas no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social, entendemos que deva ser dada ciência das presentes questões à Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para consideração.

São Paulo, 11 de Novembro de 2015.



Ricardo Cardoso da Silva

Procurador Chefe da PF/FUNDACENTRO

Ofício nº 022/PRES

São Paulo, 04 de março de 2016.

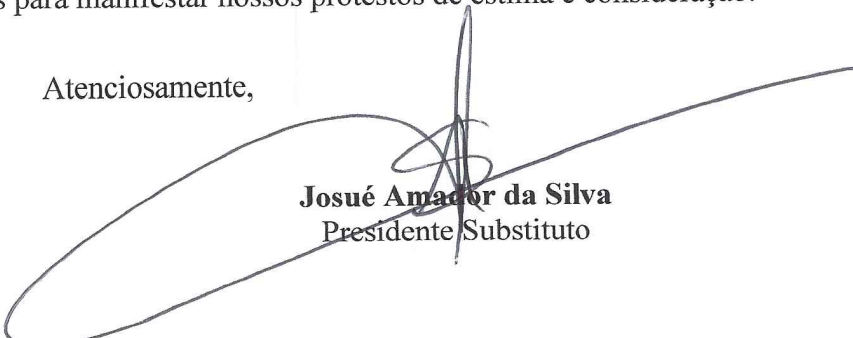
A Sua Excelência o Senhor
Miguel Soldatelli Rossetto
Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social
Ministério do Trabalho e Previdência Social
70059-900 – Brasília – DF

Assunto: Conselho Curador da FUNDACENTRO

Senhor Ministro,

1. Em 22 de janeiro de 2016, encaminhamos Ofício nº 004/PRES, endereçado ao Chefe de Gabinete desse Ministério, no qual informávamos sobre a relevância histórica da FUNDACENTRO, na concretização das ações voltadas à Segurança e Saúde no Trabalho no Brasil, bem como anexávamos Nota Técnica nº 040/2015/PF-FUNDACENTRO/PGF/AGU-rs, a qual responde à consulta oriunda desta Presidência, acerca das implicações jurídicas decorrentes da edição da Medida Provisória 696, de 02 de outubro de 2015.
2. Esclarecemos no citado ofício que a FUNDACENTRO possui, como órgão colegiado de deliberação superior, o Conselho Curador, o qual necessita de reavaliação de sua composição por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social, devido às edições dos dispositivos legais que alteraram suas estruturas.
3. Por fim, informamos que, devido ao impasse, o Conselho Curador deixou de realizar a última reunião do ano de 2015, sendo que, até a presente data, não obtivemos retorno do ofício citado acima e, em consulta ao CPRDOWEB, no qual recebeu o Número de Protocolo: 460100002472016, verificamos que o processo encontra-se na Secretaria Executiva do MTPS.
4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e aproveitamos para manifestar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Josué Amador da Silva
Presidente Substituto

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
MT/SE/DIN 004/2016 15:32 de 10/03/16

*José
Amador
Rossetto*



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E PREVIDÊNCIA SOCIAL
FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Sede / Centro Técnico Nacional

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

COORDENAÇÃO DE PROTOCOLO E DOCUMENTAÇÃO/GM/MTE 01/02/2016 15:55



Ofício nº 004/PRES

São Paulo, 22 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor,
Robinson Santos Almeida
Chefe de Gabinete Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social
Ministério do Trabalho e Previdência Social
70059-900 - Brasília - DF



Assunto: Encaminha Nota Técnica

Senhor Chefe,

1. A FUNDACENTRO foi criada em 1996 e, portanto, comemorará neste ano de 2016, 50 anos de existência. As comemorações se iniciaram em 2015, com lançamento do Selo Comemorativo, no dia 21 de outubro.
2. A relevância histórica da FUNDACENTRO, na concretização das ações voltadas para Segurança e Saúde no Trabalho no Brasil, requer o adequado registro de seu papel, bem como marcos institucionais que demonstrem a sua importância ao longo dos anos nessa área, e, em especial, como Entidade de Governo.
3. Para tanto, a FUNDACENTRO tem como órgão colegiado de deliberação superior, o Conselho Curador, o qual, devido às edições dos dispositivos legais que alteraram as estruturas do MTE e Previdência Social, necessita de reavaliação da sua composição por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social, face às indicações necessárias, inclusive de representante do senhor Ministro.
4. Informamos ainda, que no mês de novembro de 2015, foi encaminhado correio eletrônico ao Gabinete do Senhor Ministro, versando sobre este e outros temas.
5. Pelo exposto, anexamos Nota Técnica da Procuradoria Federal junto a FUNDACENTRO, que versa sobre o citado tema, objetivando vossa análise e deliberação.
6. Ressaltamos que, devido ao impasse, o Conselho Curador deixou de realizar a última reunião do ano de 2015, no mês de novembro, restando a esta Presidência, a aprovação, "ad referendum" do citado colegiado, de alguns procedimentos necessários ao prosseguimento e bom gerenciamento da Gestão da Entidade, ficando os temas para aprovação posterior a regularização da pendência da composição.
7. Desde já agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,


Maria Amelia Gomes de Souza Reis
Presidenta

10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que tem sido observados os procedimentos e regulamentos a fim de se obter a completude e fidedignidade dos registros relativos aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundacentro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac do Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

São Paulo, 29 de março de 2016

Thais Monteiro Andrade da Silva
CPF 078.192.787-06
Chefe do Serviço de Administração de Pessoal
Fundacentro

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundacentro obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Coordenação de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

São Paulo, 29 de março de 2016

Tarsila Baptista Ponce

CPF 269.104.428-90

Coordenadora de Recursos Humanos

Fundacentro

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO		264001	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) FLUXO E CAIXA; b) RESULTADO ECONÔMICO; c) DEPRECIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	SÃO PAULO	Data	18/03/2016
Contador Responsável	MARCOS ALEXANDRE TEIXEIRA DO ESPÍRITO SANTO	CRC nº	1SP234677/O-7

Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São Paulo, 29 de março de 2016.

Sérgio Luiz Pereira
CPF 066.151.268-18
Diretor de Administração e Finanças Substituto
Fundacentro

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

A conformidade contábil e a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI são detalhadas no item 5.2.1 deste relatório.